

Rio Grande do Sul



Santa Catarina



Paraná



CARTILHA DOS FUNDOS SOLIDÁRIOS

**CONTRIBUIÇÃO SOBRE HISTÓRICO,
CONSTITUIÇÃO E GESTÃO.**





Sumário

APRESENTAÇÃO DO PROJETO FUNDOS SOLIDÁRIOS – REGIÃO SUL	4
INTRODUÇÃO	5
ECONOMIA SOLIDÁRIA: POR UM DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL-SOLIDÁRIO	9
Alguns exemplos das práticas e das formas da organização da Economia Solidária.....	14
FUNDOS SOLIDÁRIOS E A ECONOMIA SOLIDÁRIA.....	18
O que é um Fundo Solidário (FR)?.....	18
Aspectos Históricos: como nasceu a ideia?	21
COMO ORGANIZAR UM FUNDO ROTATIVO SOLIDÁRIO?	26
Aspectos Operacionais	30
Casas de Sementes Crioulas	37
Revisitando Práticas e Conceitos	38
REDE DE FUNDOS ROTATIVOS SOLIDÁRIOS: CONCEPÇÃO, OBJETIVOS E FUNCIONAMENTO	40
PERSPECTIVAS E POSSIBILIDADES DE APOIO AOS FUNDOS ROTATIVOS SOLIDÁRIOS: OS FUNDOS E AS POLÍTICAS PÚBLICAS	42
ANEXO: Exemplo de regimento interno.....	44
REFERÊNCIAS.....	48

Apresentação do Projeto Fundos Solidários – Região Sul

Na região Sul, existem várias experiências com Fundos Solidários (FS), algumas já com duas décadas de apoio a grupos comunitários, com objetivo de fomentar alternativas de trabalho e renda associativas e solidárias. Estes Fundos Solidários também são conhecidos como Fundos de Pequenos ou Miniprojetos e para outros são conhecidos como Projetos Comunitários Alternativos. Os projetos destes fundos solidários foram e continuam sendo determinantes na constituição e viabilização de empreendimentos econômicos solidários. Isto justifica a importância de mapear estas experiências para conhecê-las e divulgá-las melhor e para organizar informações que vão subsidiar a proposição de uma política pública para Fundos Solidários e para constituir uma Rede dos Fundos Solidários.

Os fundos solidários não estão cadastrados como pessoas jurídicas próprias (não tem CNPJ) e podem ser organizados e geridos por entidades de apoio da sociedade civil, ou por associações dos próprios beneficiários de fundos solidários.

O **Projeto Fundos Solidários** é um Projeto Nacional que já está em execução nas regiões sul, sudeste, centro-oeste, norte e nordeste e tem como objetivos constituir e fortalecer uma rede e uma política pública de Fundos Solidários. A partir dos mapeamentos regionais será organizado um **Ca-**

astro Nacional de Fundos Solidários, que vai ajudar na construção da **Rede Nacional de Fundos Solidários**. Esta Rede fará o diálogo com os governos para a ampliação e fortalecimento dos FS com o apoio de políticas públicas.

Na Região Sul, o **CAMP – Centro de Assessoria Multiprofissional**, executa o Projeto “Fundos Solidários na Região Sul”, fruto de uma seleção Pública e do Convênio **SE-NAES/MTE – CAMP Nº: 749630/2010**.

O projeto Fundos Solidários da Região Sul visa mapear e debater a realidade dos Fundos Solidários na Região Sul do Brasil, sistematizar as suas linhas de ação e metodologias de gestão, analisar os seus resultados com prioridade para geração de trabalho e renda e fortalecimento de empreendimentos econômicos solidários e sustentáveis. Objetiva também capacitar lideranças sobre a gestão de fundos rotativos solidários e debater e propor a articulação das ações dos fundos solidários em rede estadual, regional e nacional. Este projeto abrangerá a região sul do país, compreendendo os estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná. As entidades que participam do **Conselho Gestor (CG)** do Projeto são:

- AVESOL - Associação do Voluntariado e da Solidariedade (Rudimar Dal’Asta)
- CÁRITAS Nacional (Jaime Conrado)
- CÁRITAS Regional Rio Grande do Sul (Marinês Besson)
- CÁRITAS Regional Santa Catarina (Roque Ademir Favarin)



- CÁRITAS Diocesana de Ponta Grossa (Roberto M. Barbosa)
- FLD - Fundação Luterana de Diaconia RS (Dezir Garcia)
- Representante do FÓRUM ESTADUAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA DE SANTA CATARINA E DO INSTITUTO ACORDAR (Elisiane Andreolla)
- Representante do FÓRUM ESTADUAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA DO PARANÁ (Edson Leonardo Pilatti)
- Representante do MOVIMENTO DOS TRABALHADORES SEM TERRA – MST (Manuela Franco de Carvalho da Silva Pereira)

Estes parceiros que compõem o CG do Projeto tem como atribuições: acompanhar e monitorar as ações do projeto; identificar experiências de Fundos Solidários em seus respectivos Estados para o mapeamento que será realizado pela Equipe Executiva do Projeto; auxiliar na construção dos referenciais teórico-metodológicos do projeto; participar da construção de uma agenda política nos Estados, para identificar potenciais parceiros para ampliação e fortalecimento de Fundos Solidários na Região Sul e nos Estados.

A **Equipe Executiva do Projeto FS-Sul** é composta por José Inácio Konzen (Coordenador), Miele Pereira Ribeiro (Técnica Especialista) e Talita Jabs Eger (Pesquisadora).¹

¹ Email para contato da equipe: fundossul@gmail.com. Para maiores informações a respeito do Projeto, documentos e artigos ver site do CAMP: <http://comp.org.br/?canal=fundossolidarios>

INTRODUÇÃO

“... a paz duradoura não pode ser atingida a menos que grandes grupos da população encontrem formas de sair da pobreza.” Muhammad Yunus

O Brasil, país dos contrastes sociais, encontra-se entre as nações mais desiguais ao mesmo tempo em que, curiosamente, figura entre as 10 economias mais ricas do mundo. Não é a toa que na década de 1970, o economista brasileiro Edmar Bacha, cunhou o termo “Belíndia” para se referir ao país. O termo foi utilizado para designar a nação onde a “grande e pobre Índia” convive com a “pequena e rica Bélgica”. A desigualdade, neste contexto, pode ser ilustrada pela elevada concentração de renda por uma parcela mínima da população e se manifesta de maneiras distintas nas áreas urbanas e rurais do país.

No espaço urbano, onde se encontra uma parte expressiva da população empobrecida, as pessoas habitam em condições inadequadas, sem ou com acesso precário à moradia, à infraestrutura, aos serviços e ações públicos, à educação, saúde, transporte, trabalho, lazer, cultura, esportes, documentação, segurança, etc.. No que diz respeito ao trabalho, uma parcela significativa encontra-se desempregada ou no mercado informal, sem garantias mínimas de proteção e seguridade.

No espaço agrário, convivem de um lado, um pequeno número de grandes proprietárias/os de terra e, de outro, milhões de pequenas/os produtoras/es, de sem-terra e de trabalhadoras/es rurais que vivem de modo igualmente precário. O trabalho no campo, para aqueles que possuem pequenas propriedades, pode se tornar árduo, desanimador, insustentável e perigoso (para saúde e para o meio ambiente) quando as/os produtoras/es se vêem obrigadas/os a aceitar o pacote tecnológico, com suas sementes híbridas e transgênicas, modificadas geneticamente, e os “agrovenenos”² (venenos e adubos químicos), uma vez que este tipo de sementes precisa de mais insumo para se desenvolver “satisfatoriamente”. O produtor precisa gastar cada vez mais com os insumos (o que inclui todas as despesas e investimentos necessários à produção, como sementes, máquinas, adubos e venenos) que, a cada ano, ficam mais sofisticados e mais caros. O investimento necessário, no entanto, só é viável para as grandes propriedades. O pequeno produtor encontra dificuldades para acompanhar o mercado de inovações tecnológicas e, com isso, não consegue competir com os grandes produtores, já que o custo de sua produção será bem maior³.

Além disso, as/os trabalhadoras/es do campo vêm a

2 Termo utilizado para salientar que os chamados agrotóxicos são produtos que não apenas intoxicam, mas que causam problemas de saúde as/aos agricultoras/es e solo, matando diversos organismos vivos. (Cartilha “Conhecendo e Resgatando Sementes Crioulas”, da Comissão Pastoral da Terra).

3 Cartilha “O Brasil está nu! O avanço da monocultura da soja, o grão que cresceu demais”.

agricultura familiar tradicional e ambientalmente sustentável sendo comprometida pela prática da monocultura (cultura agrícola de apenas um único tipo de produto, como a soja, por exemplo). Estas práticas não apenas inviabilizam uma agricultura sustentável e responsável como também impossibilitam outras práticas como a silvicultura, o agro extrativismo, a pesca artesanal, entre outras, nas regiões onde há expansão das monoculturas. E neste contexto, a segurança alimentar, a soberania econômica, a biodiversidade e a disponibilidade de recursos naturais, como a água, por exemplo, tornam-se aspectos vulneráveis e vulnerabilizantes.

Apesar das bruscas mudanças observadas nos últimos anos, com o aumento da oferta de empregos formais, a expansão da cobertura dos benefícios monetários (como por exemplo, os previdenciários, os benefícios assistenciais e os programas de transferência de renda), a expansão da cobertura do Sistema Brasileiro de Proteção Social (previdência social, assistência social, saúde, etc.) e do crescimento do crédito subsidiado destinado à agricultura familiar (PRONAF, por exemplo), muitas pessoas ainda encontram dificuldades de sobrevivência. Estas dificuldades, por vezes, acionam a solidariedade de parentes, vizinhos e pessoas da comunidade. Esta solidariedade pode se concretizar de muitas maneiras, seja através da divisão da água, a divisão da carne com os vizinhos, o mutirão para construções, plantações,



cisternas, empréstimo de sementes, doação de receitas ou qualquer outra forma de ajuda comunitária.

É neste ponto que a prática dos Fundos Solidários, enquanto uma das bandeiras da Economia Solidária, se concretiza como uma importante fonte de financiamento não apenas para novos empreendimentos de economia solidária, mas também para projetos comunitários, como cisternas, mutirões, etc.. Esta prática é considerada eficaz para promover a inclusão produtiva da população mais pobre que não tem acesso a outras fontes de financiamento. Assim, além do financiamento propriamente dito, ao unir formação e organização coletiva com o financiamento, os fundos solidários se constituem como uma metodologia que contribui para o desenvolvimento local a partir do protagonismo das organizações e dos movimentos populares.

Esta prática de finança solidária contribui para o desenvolvimento urbano e rural, isso porque, baseados em sistemas comunitários mais estruturados para o financiamento da agricultura familiar e aquisição de novos bens e formação para grupos e empreendimentos econômicos solidários urbanos, os fundos solidários são uma importante ferramenta de democratização da gestão de finanças e apoio às iniciativas econômicas associativas e solidárias. Há diversos tipos de fundos, na Região Sul, por exemplo, encontramos Fundos Solidários que não possuem prática de devolução e outros que

operam com alguma modalidade de devolução (em bens, em dinheiro, com juros, sem juros, etc.). Estes Fundos que contam com a devolução dos beneficiários podem ser chamados de Fundos Rotativos Solidários, no entanto, como veremos mais adiante, os chamados Fundos Rotativos Solidários, são considerados em outros lugares do Brasil, como fundos comunitários. Neste sentido, a fim de utilizarmos uma linguagem consensual, trabalharemos com as noções de Fundos Solidários e de Fundos Rotativos Solidários. Falaremos mais sobre cada uma delas ao longo desta Cartilha. Na região sul (considere-se Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul), existe diversas modalidades de fundos, entre os quais se destacam os bancos ou casas de sementes e os fundos solidários, (que são geridos por entidades religiosas, sindicais, movimentos sociais, etc.) que servem para a constituição de uma poupança comunitária, para o fortalecimento da agricultura familiar, artesanato, produção de ervas medicinais e diversos outros tipos de projetos. Como uma parte dos fundos solidários tem práticas de devolução dos recursos repassados aos grupos eles são também fundos rotativos solidários. Estes fundos têm variados tipos de devolução e formas de gestão.

Esta cartilha tem o objetivo de divulgar o histórico, a concepção e a metodologia dos Fundos Rotativos Solidários⁴ e

⁴ Como você pode notar em alguns momentos falamos em Fundos Rotativos Solidários e, em outros, falamos de Fundos Solidários. Na segunda parte desta cartilha explicaremos a diferença entre eles.

de subsidiar as oficinas que serão realizadas a fim de divulgar e debater a importância dos Fundos Rotativos Solidários para a Economia Solidária e criar novos Fundos na Região Sul. Acreditamos que os Fundos Rotativos Solidários se constituem também como uma ponte entre os Programas de Transferência de Renda, como o Bolsa Família, por exemplo, e os Programas de Inclusão Produtiva.

Quanto ao público, em um primeiro momento, esperamos trabalhar com o público vinculado à Economia Solidária, mas também, e principalmente, com as lideranças mobilizadas (em comunidades e territórios) que tenham intenção de constituírem novos fundos solidários. Nosso intento é que este material se constitua como um instrumento de divulgação da metodologia e de reflexão sobre um dos eixos das finanças solidárias e assim, possa auxiliar a dinamizar e potencializar um desenvolvimento autogestionário, solidário e sustentável para as comunidades/territórios envolvidas neste processo.

Assim, iremos abordar os seguintes pontos: concepção de fundos solidários (a partir de uma breve exposição sobre a Economia Solidária); a metodologia dos Fundos (como funcionam e o passo a passo para a constituição de um novo Fundo); os objetivos e funcionamentos de uma rede de Fundos; as perspectivas e possibilidades de apoio e fortalecimento aos Fundos a partir de uma política pública nacional com esta finalidade.

Outra Economia⁵

Vem meu povo conhecer esse outro movimento

Que agrupa e faz viver mais longe do sofrimento

Muitos homens e mulheres que buscam melhoramentos

É um fogo que aquece, mas não é fogo de palha.

É uma outra economia que se espalha

Partilhando e avançando sendo mais solidária.

Vem em grupos informais e também cooperativas

Tem as associações que agora são mais vivas.

Tudo isso em ações bem juntas bem coletivas.

Elas têm um jeito novo de olhar, de produzir, de comercializar

E também de consumir, respeitando a natureza e sem ela destruir.

Essa outra economia surge para alterar.

Ela não é utopia e veio para ficar, para além de gerar trabalho um sonho realizar.



⁵ Poesia recitada na abertura da Feira Estadual de Economia Solidária da Paraíba em dezembro de 2006, por Maia Ivanise Gonçalves de Lima. In: Cartilha "Juventude e Economia Solidária: oficinas de formação". Goiânia, Casa da Juventude, 2012.



O sonho de sermos todos mais unidos, mais iguais.
Com a sociedade vivida cada vez mais. Mudando a sociedade querendo ser muito mais.
Não queremos inclusão nesse sistema vigente.
Queremos um espaço para viver diferente.
Dentro de uma economia que tem a cara da gente.

ECONOMIA SOLIDÁRIA: POR UM DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL-SOLIDÁRIO

Lar Social Familiar Anjo da Guarda, em Presidente Getúlio Vargas/SC

Existe muita gente que vive da Economia Solidária e nem sabe disso. São pessoas que trabalham juntas, umas ajudando as outras, pensando e construindo o bem de todos.



PARA INÍCIO DE CONVERSA:

Como você pode notar muitas pessoas fazem e vivem da Economia Solidária, mas não sabem disso. Então, vamos começar apontando algumas diferenças importantes entre a Economia Solidária e a Economia Capitalista. Veja abaixo, alguns termos normalmente utilizados por estes dois tipos de fazer economia⁶:

Economia Capitalista	Emprego, mercado de trabalho, consumismo, lucro, patrão/a, empregado/a, concorrência, propriedade, privado.
Economia Solidária	Grupo, trabalho, cooperação, solidariedade, autogestão, afeto, partilha, confiança e cuidado com a vida do ser humano e do planeta.

A **Economia Solidária** busca construir novas relações que tenham como base o respeito ao ser humano na sua totalidade, visando à transformação para uma sociedade mais justa, onde a vida das pessoas e do planeta seja mais importante que o lucro e a ganância. Então, é solidária, porque não visa lucros a qualquer custo, mas coloca no centro de seus objetivos a valorização do ser humano, do trabalho e do meio ambiente.

⁶ Cartilha “Outra economia em nossas mãos: Gestão e viabilidade econômica”, elaborada pela Cáritas Regional de Santa Catarina, em 2011.

A **Economia Capitalista**, no entanto, vive em função do lucro, sem se preocupar com a vida humana. O capitalismo tem relação com um jeito de ser egoísta, competidor, individualista. As atividades econômicas neste modelo visam gerar riquezas e lucros com base na propriedade privada dos bens, dos recursos - financeiros e naturais - e dos meios de produção. Esse sistema funciona acumulando e concentrando bens nas mãos de quem já os tem, em consequência disso, gera desigualdades entre as pessoas e não preserva o meio ambiente.

Vamos ver, com um pouco mais de detalhes, o que é e como funciona a Economia Solidária:

O que é Economia Solidária?

A **Economia Solidária** é o conjunto das atividades de produção, prestação de serviços, distribuição, comercialização, consumo e crédito para geração de trabalho e renda, baseada no trabalho coletivo, na cooperação, na solidariedade, na autogestão, na sustentação econômica, na sustentabilidade ambiental e nas diversas formas de compartilhamento, buscando o benefício social e o cuidado com o meio ambiente.

É denominada Economia Solidária porque é através dessas práticas que as pessoas passam a cultivar e a desenvol-

ver, em diversos graus, o valor da solidariedade nas relações econômicas e sociais.

Essa forma diferente de fazer economia se caracteriza por concepções e práticas fundadas em relações de colaboração solidária, inspiradas por valores culturais. Elas reconhecem o ser humano na sua integralidade ética e lúdica e como sujeito e finalidade da atividade econômica, promovendo a sustentabilidade ambiental e a justiça social, em vez da acumulação privada do capital.

Na Economia Solidária, as práticas de produção, comercialização, finanças e consumo privilegiam a autogestão, a cooperação, o desenvolvimento comunitário e humano, a satisfação das necessidades humanas, a justiça social, a igualdade de gênero, raça, etnia e o acesso igualitário à informação e ao conhecimento. Busca também a preservação dos recursos naturais pelo manejo sustentável e responsabilidade com as gerações, presente e futura, construindo uma nova forma de inclusão social com a participação de todos. Os meios de produção de cada empreendimento e os bens e/ou serviços neles produzidos são de controle, gestão e propriedade coletiva dos participantes do empreendimento.

Para atingir os objetivos da Economia Solidária, os empreendimentos solidários devem ser autogestionários, ou seja, as decisões devem ser tomadas pelos seus trabalhadores, pois todos são sócios na propriedade dos meios usados para a



produção ou a prestação do serviço, dividindo a responsabilidade e os resultados do trabalho desenvolvido por todos.

A utilização, nesta Cartilha, do termo Economia Solidária para descrever e definir com quais princípios e valores os Fundos Solidários se identificam e quais as práticas sociais e objetivos políticos que estes Fundos apoiam e fortalecem se deve por ser esta a denominação utilizada na identificação das ações de políticas públicas da SENAES/MTE, financiadora desta Cartilha, e também por ser a identificação utilizada pelo espaço de articulação nacional do movimento da denominada “Economia Solidária”, o Fórum Brasileiro de Economia Solidária.

Ao fazer esta justificativa, estamos indicando que a palavra economia solidária não é o único termo que pode e consegue expressar a origem, o que são e o que se propõem os Fundos Solidários, até porque, entre estes também não há uma total convergência de identidade política e metodológica. São vários os termos utilizados para identificar as diversas formas e alternativas de produzir, consumir e poupar que muitas pessoas vêm desenvolvendo para melhorar as suas condições de vida e as de toda sociedade na perspectiva de um desenvolvimento mais justo, solidário e sustentável. No Brasil e em outros países da América Latina e Europa, são várias as denominações utilizadas para se referir a estas alternativas, como por exemplo: economia popular (Lisboa, 1999); economia solidária (França Filho, 2001, 2002; Lavi-

le, 1994); economia popular solidária (Gaiger, 1999); economia popular e solidária (Tiriba, 1998); economia dos setores populares (Kraychete, 1999); sócioeconomia solidária (Arruda, 1998); economia de solidariedade (Gadotti, 1993); economia social (Guélin, 1998).

Apesar de no Brasil a denominação “economia solidária” ser utilizada pelos órgãos de gestão das políticas públicas e pelo Fórum Brasileiro de Economia Solidária, existem grupos, empreendimentos, organizações e movimentos sociais, entidades que apoiam os empreendimentos da economia solidária e, até mesmo, espaços de articulação desta economia, como fóruns estaduais e municipais que se identificam como, ou ao menos preferem a denominação como “economia popular solidária”. Para alguns, as duas denominações podem ser utilizadas como sinônimos, para outros, elas expressam diferentes aspectos e ênfases na identificação e afirmação pública da origem, o que é e o que se propõem o movimento da denominada “Economia Solidária”.

A leitura de textos que enfatizam uma e outra denominação parecem indicar que se trata mais de priorização de diferentes aspectos na afirmação da identidade desta outra economia do que diferenças e contradições significativas de entendimentos e objetivos. Quem se identifica e se afirma pela denominação “Economia Popular Solidária” prioriza a afirmação da origem e identidade das atividades e empre-

endimentos desta outra economia. E quem se identifica e se afirma pela denominação “Economia Solidária” prioriza a afirmação da finalidade desta outra economia.

Na afirmação pela Economia Popular Solidária (EPS) se destaca que as atividades e empreendimentos solidários surgem a partir de iniciativas de base comunitárias, em geral construídas por organizações vinculadas aos setores populares. Destaca-se a identidade de um movimento de resistência e luta do movimento popular e operário contra o desemprego e a exclusão social.

Trata-se de atividades produtivas que tanto se inserem no mercado quanto constituem redes de comercialização próprias (o mercado Solidário). O objetivo da EPS, baseado na pequena empresa comunitária, na agricultura familiar, no trabalho doméstico e no trabalho autônomo, bem como nas cooperativas autogestionárias é, aos poucos, superar o desafio do mercado e viabilizar sua competitividade no mesmo, constituindo-se como uma alternativa à forma de organização do trabalho na produção capitalista, assim como, das próprias relações mercantis. Trata-se, portanto, segundo seus defensores, de um outro circuito econômico diferenciado do mercantil-capitalista e do estatal, no qual as pessoas de baixa renda constroem suas próprias alternativas comunitárias de provisão material e buscam garantir sua existência através de relações de solidariedade.

Na afirmação pela Economia Solidária se destaca as práticas de consumo, comercialização, produção e serviços, em que se defendem, em graus variados, a participação coletiva, a autogestão, a democracia, o igualitarismo, a cooperação, a autosustentação e a promoção do desenvolvimento humano. A economia solidária significa tudo que envolve a democracia na posse e controle dos bens de produção, ou seja, representa um sistema onde se pretende eliminar o antagonismo das classes sociais e onde o trabalho exerce papel principal. É uma proposta de sistema econômico que, através de níveis crescentes de associação, busca sua competitividade no mercado, baseando-se em uma dinâmica própria que combina a produção doméstica de valores de uso com a produção mercantil.

A Economia Popular Solidária vem se constituindo num contexto de crises econômicas onde os setores populares têm sido levados a desenvolverem as mais variadas formas e atividades como alternativas de geração de renda e trabalho. Estas formas alternativas têm sido constantemente identificadas como parte da economia popular, mas nem sempre solidária. TIRIBA (1998), alerta que nem toda economia popular é solidária e nem toda economia solidária é popular. É necessário refletir sobre qual o conceito/prática de economia popular e solidária se quer construir. Segundo GAIGER (2000), o fenômeno da economia popular solidária se caracteriza por: a) alternativas econômicas para



onde migram os trabalhadores que não encontram lugar nos sistemas convencionais de geração e distribuição de riqueza; b) a economia popular solidária é uma pequena fração da economia popular, sendo diferente em um ponto relevante. Enquanto a economia popular, ditada pela necessidade, dificilmente consegue acumular capital, a economia popular solidária, busca fazer da cooperação um fator que garanta seu desempenho e qualifique seus agentes, preocupando-se com a eficiência, a fim de ultrapassar o nível de subsistência e ganhar poder para manejar estratégias de crescimento contínuo.

Estamos falando de indicativos de leituras de textos. De fato, as reais semelhanças e diferenças só podem ser conferidas pelo que as pessoas, que se identificam com uma e outra, conseguem significar nas suas falas e demonstrar nas suas práticas.

Vamos conhecer algumas características da Economia Solidária?

Como já vimos anteriormente a Economia Solidária é o conjunto de atividades econômicas de produção, prestação de serviços, comercialização, consumo, poupança e crédito, organizadas sob a forma de autogestão, sendo assim, encontraremos nestas práticas os seguintes princípios:

Cooperação: existência de interesses e objetivos comuns,

⁷ Texto completo disponível na página do Ministério do Trabalho e Emprego: http://www2.mte.gov.br/ecosolidaria/ecosolidaria_oque.asp

a união dos esforços e capacidades, a propriedade coletiva de bens, a partilha dos resultados e a responsabilidade solidária e diante das dificuldades. Todos os integrantes de um empreendimento trabalham em torno dos mesmos objetivos e buscam os mesmos resultados. No empreendimento, todos têm a mesma importância, responsabilidades, deveres e direitos. Não há concorrência e nem competição, o que cada um ganha pelo seu trabalho é decidido numa assembleia de todos os sócios. A cooperação e motivação entre os associados melhoram as condições para alcançar os objetivos comuns do empreendimento.

Autogestão: exercício de práticas participativas de autogestão nos processos de trabalho, nas definições estratégicas e cotidianas dos empreendimentos, na direção e coordenação das ações nos seus diversos graus e interesses, etc. Todos são donos dos equipamentos e das ferramentas que utilizam em seu trabalho. Quando existe algum problema para ser resolvido ou quando se decide sobre o que fazer com alguma sobra da renda, todos têm o direito e o dever de dar sua opinião e seu voto. Para organizar seu trabalho, cada empreendimento realiza reuniões para conversar sobre as propostas de cada um e, depois, decide sobre o que farão, quem vai fazer e como deve ser feito.

Atividade ou sustentação econômica: agregação de esforços, recursos e conhecimentos para viabilizar as inicia-

tivas coletivas de produção, prestação de serviços, beneficiamento, crédito, comercialização e consumo. Um empreendimento de economia solidária propõe-se a viabilizar um trabalho digno e uma renda justa para todos os seus sócios, não visando o lucro para acumular riquezas. Existe, entre os sócios do empreendimento, o interesse em consumir produtos e serviços de outros empreendimentos solidários e também de se associar a eles, buscando o desenvolvimento de todos por meio de redes de economia solidária.

Solidariedade: preocupação permanente com a justa distribuição dos resultados e a melhoria das condições de vida das/os participantes. Comprometimento com o meio ambiente saudável e com a comunidade, com movimentos emancipatórios e com o bem-estar de trabalhadores e consumidores. Todos apóiam as atividades do empreendimento e colaboram uns com os outros na execução das suas tarefas. O bom desempenho e o bem-estar de cada um influem no resultado dos objetivos e renda de todos.

Sustentabilidade ambiental: os empreendimentos sempre se preocupam e buscam melhorar, permanentemente, o manejo ecológico de todas as suas atividades, seja dos resíduos das atividades de produção, seja na comercialização dos seus produtos nas feiras e lojas. Os sócios de um empreendimento de economia solidária conscientizam-se de que os recursos naturais são limitados e assumem a tarefa de ajudar

na educação de todas as pessoas sobre a importância e necessidade da preservação e reprodução desses recursos.

Considerando essas características, a economia solidária aponta para uma nova lógica de desenvolvimento sustentável com geração de trabalho e distribuição de renda, mediante um crescimento econômico com proteção dos ecossistemas. Seus resultados econômicos, políticos e culturais são compartilhados pelos participantes, sem distinção de gênero, idade e raça. Implica na reversão da lógica capitalista ao se opor à exploração do trabalho e dos recursos naturais, considerando o ser humano na sua integralidade como sujeito e finalidade da atividade econômica.

Alguns exemplos das práticas e das formas da organização da Economia Solidária⁸

Para ficar mais claro como a Economia Solidária está no nosso dia-a-dia, alguns exemplos ajudam a conhecer e a reconhecer estas práticas:

Empreendimentos de Economia Solidária (EES) são grupos produtivos coletivos aonde as pessoas em união organizam o trabalho, decidem juntas seu caminho, dividem os resultados sem patrão nem empregados, respeitando o meio ambiente e suas diferenças de crença, gênero, de etnia, etc. Podem estar ou

⁸ Texto da Cartilha “Campanha pela Lei de Economia Solidária: Iniciativa Popular para um Brasil Justo e Solidário”, produzida pelo Fórum Brasileiro de Economia Solidária.



não com registro do empreendimento, por exemplo, formalizadas em cooperativas e associações, e mesmo grupos informais.

Os empreendimentos de economia solidária podem exercer qualquer tipo de atividade econômica, no campo ou na cidade, como: catadores de materiais recicláveis, produção de alimentos saudáveis e agroecológicos (como verduras, legumes, temperos e refeições), confecções, artesanato, calçados, moveis, utensílios, produtos de limpeza e higiene, materiais de construção prestação de serviços e muito mais.

Também podem ser grupos minoritários organizados coletivamente, como comunidades tradicionais e de fundo de pasto, quilombolas, indígenas, ribeirinhos e portadores de necessidades especiais.

Associação de recicladores (ARXAN), sediada em Xanxerê/SC



Empresas recuperadas autogestionárias, quando as/ os trabalhadoras/es se organizam para manter seus postos de trabalho e a garantia de seus direitos, em situação de falên-

cia da empresa. Deixam de ser empregadas/os com patrão, para se tornarem cooperadas/os, com a gestão igualitária e coletiva dos meios de produção, do trabalho e dos resultados.

Entidades de apoio e assessoria: desenvolvem diversas ações para o apoio direto junto aos empreendimentos de economia solidária, como capacitação, assessoria, pesquisa, acompanhamento, fomento a crédito, assessoria técnica para organização da produção, administração contábil e autogestão do empreendimento solidário.

Grupo dos Guardiões das Sementes Crioulas, da Região Alto Uruguai/RS



Redes de produção, prestação de serviços, comercialização e consumo: por exemplo, na produção as pessoas se organizam para melhorar seu trabalho, realizar compras com condições de pagamento mais favoráveis, melhorar a qualidade do produto, fazer cursos e atividades educativas. No consumo as pessoas se unem para comprar alimentos e produtos produzidos pela própria economia solidária, com

melhor qualidade e um valor acessível. Na venda se organizam para comercializar em conjunto, participar de feiras e acessar mercados justos e solidários.

“Jovem Aprendiz”, ação implementada pela COOPERBOM (Cooperativa Mista de Trabalho e Produção Bom Samaritano), sediada em Viamão/RS



Bancos Comunitários e Fundos Rotativos da própria comunidade, feito pelas pessoas da comunidade e sem depender dos grandes bancos.

Feiras e Clubes de Trocas, aonde as pessoas organizam o mercado local para a circulação da produção e do consumo, com uso de uma moeda criada pelos participantes, a chamada moeda social.

Rede de gestores públicos de economia solidária: gestores do nível municipal, estadual ou federal organizados e representados em rede para trocar experiências, ampliar e melhorar a elaboração e implementação de políticas públicas em apoio à economia solidária.

Para refletir e debater em grupo:

- Como percebemos nas nossas práticas – individuais e coletivas – que estamos fazendo ou praticando a Economia Solidária?
- Quais as nossas estratégias para que nossas práticas afirmem a Economia Solidária e a diferenciem de outras propostas, como por exemplo o empreendedorismo das micro e pequenas empresas ?
- Quais as dificuldades que encontramos ao fazer ou praticar a Economia Solidária?



Cordel dos Fundos Solidários⁹

⁹ Poema de Manoel Monteiro (ver vídeo: Cordel do Fundo Solidário: Gerando riquezas e saberes, Junho de 2008).

Minhas amigas e amigos
Quero lhes apresentar uma historinha

Que deve ter aí em seu lugar

Irmão ajudando irmão

Vizinho ajudar vizinho

Juntando a força de todos

Ninguém vai lutar sozinho

Limpar barreira ou açude

Refazer trilha rural

Consertar cerca de arame, de pau a pique ou varal

Sendo um só, demora e cansa

Mas juntando a vizinhança, faz ligeiro e sai legal

O costume de fazer adjunto ou mutirão não tem só vanta-
gem física

A maior compensação é o fortalecimento de um nobre
sentimento que se chama gratidão

O povão inteligente

Como riacho nascente

Descobriu um novo curso

Pensou assim:

Se fazemos mutirão para construir açude, casa e cisterna
Porque então não se unir na formação de um fundo para
onde todo mundo

Ao carecer, possa ir

Então, pensou-se em um Fundo Rotativo Solidário

Onde todos colocassem
um pouco, mas necessário
Para o dinheiro ir crescendo
Depois voltar só correndo
o grupo depositário
Na Paraíba esse fundo
teve início em Caiçara
No ano 93
E ali frutificara
E esta política certa
De ajuda e compreensão
De quando um necessitar



Outro chega e dá-lhe a mão
Se o fundo tiver dinheiro
Discutido e aprovado
O dinheiro é liberado de acordo ao grupo inteiro
No polo e no coletivo onde a ideia brotou
Está florescendo tanto que na Asa se espalhou
E foi voando, voando
No Estado se espreado
Como num livro de contos
Hoje em centenas de pontos
Este fundo solidário é uma realidade
E toda a comunidade usufrui deste ideário.

FUNDOS SOLIDÁRIOS E A ECONOMIA SOLIDÁRIA

Como vimos, a Economia Solidária, este novo jeito de produzir, distribuir e consumir vem se apresentando como uma forma inovadora e alternativa de geração de trabalho e renda. Esta prática compreende um leque diversificado de práticas econômicas e sociais que são organizadas sob a forma de cooperativas, associações, clubes de troca, empresas autogestionárias, entre outras, que realizam atividades de produção de bens, prestação de serviços, finanças solidárias, trocas, comércio justo e consumo solidário. Mas disso você já sabe! Então, vamos conhecer um pouco melhor uma destas práticas de Finanças Solidárias!

As **Finanças Solidárias** podem assumir várias formas: Bancos Comunitários, Cooperativas de Crédito e Fundos Solidários, que por sua vez, podem ser Fundos monetários, de serviços, de sementes, de animais, etc. Hoje, conheceremos um pouco melhor o histórico e os processos para constituirmos Fundos Rotativos Solidários, mas antes disso, vamos esclarecer a diferença entre **Fundos Solidários** e **Fundos Rotativos Solidários**.

O que é um Fundo Solidário (FR)?

Na Região Sul, os Fundos Solidários também ficaram conhecidos como Fundo Mini Projetos e Fundo de Apoio a Pequenos Projetos Comunitários. A principal característica desta modalidade é que, diferentemente dos Fundos Rota-



tivos Solidários, ele é gerido por uma entidade (religiosa, ONG, sindical, etc.). Esta entidade estabelece critérios a fim de selecionar os projetos e grupos que serão beneficiados pelos recursos do Fundo, divulgam estes critérios através de editais, chamadas públicas, avisos (jornais, folders, internet, rádios comunitárias, etc.), aprovam e repassam os recursos para os projetos selecionados. Estes Fundos tem diversas práticas de devolução dos recursos repassados aos projetos. Aqui, o **beneficiário do Fundo não é gestor do Fundo**.

O que é um Fundo Rotativo Solidário (FRS)?

Um Fundo Solidário é uma experiência solidária de autossustentação. É um instrumento de crédito solidário. É uma prática de mutirão, de ajuda mútua entre um grupo de pessoas que se organizam em torno de um objetivo comum. É um **fundo** porque reúne recursos (financeiros, mão de obra, sementes, animais, terra, serviços, etc.). É **rotativo** porque os recursos giram, circulam entre todos os participantes. E é **solidário** porque você recebe o benefício, mas também pensa no outro, divide com o outro.

Aqui, o **beneficiário é também gestor do Fundo**.

Um Fundo Rotativo Solidário funciona assim: quando uma família ou um grupo de pessoas adquire um benefício, assume a responsabilidade de contribuir mais adiante com

a poupança devolvendo o valor do bem recebido (ou aquela quantia determinada pelo grupo) para que a família ou o grupo possam ser beneficiados novamente. Desta forma, o fundo nunca fica vazio. Na fala de pessoas que vivenciam os fundos no nordeste (adaptado): o fundo rotativo solidário é aquele que a gente está fazendo o da gente, mas também está pensando no do outro. Com o fundo rotativo solidário, nós compramos uma galinha, compramos um forno, compramos lã e linha, compramos até cachorro se a gente quiser. É um dinheiro livre! Não estamos sujeitos nem ao banco nem a ninguém. Estamos suando e contribuindo. Estamos trocando e nessa troca todo mundo que está nesse movimento está sendo beneficiado”.

Tipicamente, um fundo solidário inicia em uma das seguintes maneiras:

1. Um grupo de pessoas se organiza para fazer pequenas contribuições para uma “caixinha” coletiva. O recurso é investido num projeto comum, ou emprestado para membros do grupo que utilizam o recurso para uma necessidade da família e o devolvem novamente para o fundo para beneficiar outros membros. É uma espécie de consórcio comunitário.

Exemplo: O FRS constituído por beneficiários do Programa Bolsa Família, no Nordeste.

2. Um fundo solidário começa a partir de um recurso externo não reembolsável para o financiador. Os beneficiários do recurso decidem devolver o recurso recebido para fomentar um fundo administrado por eles (ou uma entidade de apoio) cujos recursos são aplicados para beneficiar outras pessoas da mesma comunidade ou região. Dessa maneira, uma comunidade consegue beneficiar um maior número de pessoas que o número contemplado com o recurso do financiador.

Exemplo: os FRS constituídos a partir dos Bazares da Receita Federal, em São Paulo, Santa Catarina e Distrito Federal.

Há Fundos Solidários que não trabalham somente com devolução em dinheiro. Há uma grande diversidade de práticas de Fundo Solidário. Por exemplo, a Pastoral da Criança e outras entidades doavam cabras para famílias pobres na área rural, e cada família que recebeu a cabra se comprometia para passar uma ou duas crias para outras famílias. O banco de semente é outro exemplo de um fundo solidário não monetário.

A grande diversidade de práticas de fundo solidário dificulta a definição do conceito. No entanto, podem se observar **algumas características em todos os fundos solidários:**

- O **fundo Solidário** não é uma entidade jurídica. Ele não é inscrito no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ) e funciona sem intermediação de um banco ou outra instituição financeira; é gerenciado pelos próprios sócios, em muitos casos com a ajuda de uma entidade de apoio, sem fins lucrativos;
- As contribuições para o fundo são voluntárias. A não adesão pode levar a pessoa ser excluída do grupo, mas não tem como consequência a retirada de bens ou denúncia da pessoa no SPC e CERASA;
- A contribuição para o fundo não envolve necessariamente os mesmos juros de mercado. O valor a contribuir pode ser o valor integral recebido ou somente uma parte desse valor;
- A política das contribuições para o fundo e da aplicação dos recursos é definida pelos próprios sócios, em muitos casos com orientação de uma entidade de apoio;
- O fundo solidário é para ajudar, não para lucrar. Portanto, nos critérios de desembolso sempre predomina a necessidade da pessoa (ou do grupo), não a capacidade de devolver o recurso;
- **Fundo solidário** não é simplesmente um instrumento financeiro. É uma prática que envolve, além do repasse de recursos, a organização coletiva e participação nas decisões sobre o funcionamento do fundo com formação e capacitação para os associados e gestores do fundo.



Para refletir e debater em grupo:

- Que outras modalidades de Fundos Solidários são possíveis?
- As experiências de grupos, associações e fóruns com “caixinhas”, “vaquinhas”, ou “fundo” para contribuir com as despesas de transporte e alimentação para que as pessoas dos empreendimentos da economia solidária possam participar de reuniões e feiras são experiências de finanças solidárias que já são ou podem se transformar em fundos rotativos solidários?

Aspectos Históricos: como nasceu a ideia?

Como você pode observar, os Fundos Rotativos Solidários se constituem enquanto “instrumentos vitais para a emancipação de trabalhadores excluídos do sistema produtivo hegemônico” (GIRÃO)¹⁰, mas agora nós vamos conversar um pouco sobre como esta prática surgiu e como se desenvolveu em diferentes lugares do mundo.

Segundo Girão, a prática dos fundos solidários não é novidade e nem é algo recente. Há registros de que experiências no século XVIII e XIX, na Inglaterra, onde através da “Lending Charity” se concedia fundos de caridade para pequenos negócios em Londres. Do mesmo modo, na Itália e Alemanha, as primeiras experiências de crédito cooperativo

¹⁰ Cartilha “Fundos Solidários: Instrumentos para o desenvolvimento territorial solidário”

também datam do século XIX. Um exemplo disso é o caso de Jonathan Swift que criou um fundo rotativo de 500 Libras para pequenos produtores que apresentavam garantia de dois vizinhos.

Inúmeras outras experiências deste tipo podem ser encontradas na Irlanda, no Canadá, nos Estados Unidos e também no Brasil, como as cooperativas de crédito que foram criadas no Rio Grande do Sul, a partir de 1902, sob a orientação do Padre Theodor Amstad e que se tornaram conhecidas como “Caixas Rurais” ou “Caixas Populares Raiffeisen”, com referência ao modelo das cooperativas de crédito da Europa.

Aqui no Brasil, a prática atualmente conhecida como fundos solidários, tem uma história de trinta anos. Nos anos 80, essa prática assumiu uma dimensão mais concreta junto aos movimentos sociais em parceria com entidades de apoio e às atividades comunitárias em geral. No entanto, foi a partir dos anos 90, quando entidades da cooperação internacional como a Misereor e outras começaram a exigir que projetos de geração de renda financiados por elas tivessem um retorno de recursos.

Em 1993, segundo Girão, surge o primeiro FRS gerido pela Articulação do Semiárido – ASA, no município de Soledade, na Paraíba. Os fundos constituídos pela ASA mobilizavam – e ainda mobilizam – recursos da própria comunidade.

No início eram destinados para a construção de cisternas de placas e outras estruturas comunitárias. Tinham como fundamento o compromisso de cada família em contribuir para um fundo comunitário, em pequenas parcelas, um valor equivalente aos recursos recebidos e, assim, possibilitar que outras famílias pudessem ter acesso a este tipo de benefício.

Na década de 90 houve um estímulo especial para implementação de pequenos projetos comunitários e a constituição de novos Fundos Solidários recebeu apoio quando a Ação da Cidadania contra a Miséria e pela Vida, liderada por Betinho, fez uma grande campanha de apoio a projetos de geração de renda. Houve, neste momento, um aumento significativo de recursos da sociedade civil para pequenos projetos alternativos e para os fundos solidários.

Durante a década de 90 e o início dos anos 2000, observamos, no Brasil, uma série de campanhas e ações promovidas por entidades religiosas (católicas e luteranas, por exemplo), sindicatos e movimentos sociais.

EXEMPLOS DE FUNDOS ROTATIVOS SOLIDÁRIOS

- **Programas de cisternas:** a família que recebeu uma cisterna contribui com pequenos pagamentos mensais para um Fundo Comunitário que será aplicado para construir cisternas para outras famílias.

Cisterna, em
Rio do Sul/SC



- **Um grupo de famílias recebe um animal** – uma cabra, por exemplo -, cada uma das famílias se compromete em devolver uma ou várias crias para beneficiar outras famílias.
- Um grupo de produtores de baixa renda recebe um financiamento para iniciar uma atividade produtiva e se compromete em devolver uma parte da renda para um Fundo Rotativo. Geralmente trata-se de uma devolução sem juro ou devolução parcial do recurso recebido.

Criação de Coelhos.
Lar Social Familiar
Anjo da Guarda,
em Presidente
Getúlio Vargas/SC



A criação e atuação dos Fundos Rotativos Solidários promoveu o desenvolvimento de uma forma específica de financiamento às atividades econômicas populares, que são as **finanças solidárias**. E assim, propostas como as cooperativas populares de crédito, os bancos comunitários, os clubes de trocas com moedas sociais e os fundos solidários se espalharam pelo país dando origem às práticas de fomento e constituição de mecanismos financeiros voltados aos setores populares.

Importância dos Fundos Solidários e dos Fundos Rotativos Solidários: Talvez, você ainda esteja se perguntando sobre a importância desta prática. Nós acreditamos que os Fundos Rotativos Solidários possibilitam as/aos trabalhadoras/es viverem as relações sociais de produção de uma forma distinta – adotando a autogestão, a produção coletiva e cooperativa, etc. Além disso, a prática dos FRS valoriza as estruturas, as ações, as experiências, os saberes e as relações já existentes na comunidade. Os fundos rotativos solidários através destes processos de autofinanciamento se configuram enquanto uma ação político-pedagógica de extrema importância, uma vez que priorizam o saber emancipatório.

Talvez, entre as experiências aqui denominadas de Fundos Rotativos Solidários, as **Casas (ou Bancos)** de Sementes sejam as mais antigas na Região. Estas Casas são organizações comunitárias que visam a autosuficiência dos agricultores e agricultoras familiares, no abastecimento de se-

mentes de espécies crioulas, importantes para a agricultura local. Surgiram no Brasil na década de 1970, por iniciativa da Igreja Católica junto a diversas comunidades de vários Estados do Nordeste brasileiro. Naquela época, a população sofria tanto com as secas periódicas, que castigavam essa região do País, aumentando a fome e deixando-a em condições de extrema miséria, como também por causa da perseguição política e repressão. Foi a partir desta realidade que surgiu a proposta de se criar as Casas de Sementes.

Na Região Sul, as Casas ou Bancos de Sementes são uma alternativa reconhecida de recuperação e melhoramento de sementes crioulas de um conjunto, cada vez maior, de plantas que fazem parte das atividades produtivas da agricultura familiar. A reprodução e melhoramento destas sementes permitem aos agricultores reduzir os seus custos de produção e dão segurança sobre o controle das sementes e autonomia para o seu sistema de produção.

O processo de recuperação e melhoramento das sementes crioulas também promove um intercâmbio entre as famílias nas comunidades e entre as comunidades e com isto possibilita o debate e conscientização sobre diferentes modelos de desenvolvimento e sobre a importância da transição para a agroecologia.

Grupo dos Guardiões
das Sementes
Crioulas, da Região
Alto Uruguai/RS



No início, o principal objetivo era garantir às famílias sementes armazenadas para o plantio quando caíssem as primeiras chuvas e, assim, deixar de depender do patrão, trocando dias de serviço por sementes para o plantio de seus roçados. Além da possibilidade de autonomia, as Casa de Sementes tornaram-se um importante espaço para realização de reuniões, conversas e debates sobre os problemas das comunidades.

Contudo, na **Região Sul**, a prática dos **Fundos Solidários** passou a ser problematizada por algumas entidades a partir da metade da década de 1980. Neste momento, procurava-se por alternativas que minimizassem a pobreza e a vulnerabilidade social que não estivessem relacionadas ao modelo caritativo e de assistencialismo.

Foi em 1986 que a **Cáritas Regional do Rio Grande do Sul** realizou um convênio com a Misereor (Entidade Alemã) a fim de operacionalizar o que, neste momento, era

denominado de “Fundo de Miniprojetos” para apoiar Projetos Alternativos Comunitários (PACs). Este Fundo operava de modo a financiar atividades coletivas sem que houvesse devolução dos recursos a elas destinadas.

Nos primeiros anos da década de 1990, após um processo de avaliação, constatou-se a necessidade de solicitar a devolução aos grupos beneficiados pelo Fundo, ainda que, em um primeiro momento, ela fosse parcial. Daí surge o Fundo Rotativo Solidário – a partir da devolução dos grupos apoiados. Similarmente, em **Santa Catarina**, havia os **Miniprojetos Alternativos** (MPAs) que, a partir de 1994, passou a constituir um Fundo Solidário com as devolução dos próprios empreendimentos apoiados.

Em 1998, na Assembleia da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), foi aprovada a proposta de realização anual da Coleta de Solidariedade durante a Campanha da Fraternidade, em todas as comunidades e paróquias do Brasil e que do recurso arrecadado, 60% fosse para a constituição de Fundos Diocesanos de Solidariedade para apoio a projetos de desenvolvimento local, de acordo com a temática da Campanha da Fraternidade e 40% encaminhado ao Fundo Nacional de Solidariedade.

Neste contexto, os **Fundos Diocesanos de Solidariedade** passaram a apoiar projetos a partir do final dos anos 90 e início dos anos 2000.



Na área rural, as/os agricultoras/es familiares sempre encontraram dificuldades em obter crédito. Tendo muitas vezes encontrado como única opção o microcrédito que, configura-se como um “empréstimo muito caro” para estas/es trabalhadoras/es. Compreendendo a necessidade de crédito subsidiado para a agricultura, o **MST** constituiu na década de 1980, um Fundo Rotativo que, sem ter o objetivo de competir com os créditos subsidiados, tornou-se uma opção complementar. Este Fundo, no entanto, não operava com a devolução dos recursos por parte da/os apoiadas/os e com isso tornou-se inviável a sua continuidade.

Com uma nova configuração, o **Fundo de Crédito Rotativo do MST**, surgiu com o objetivo fundamental de suprir uma demanda histórica no acesso ao crédito, apoiando primordialmente a ação econômica de grupos de mulheres e de jovens dos assentamentos de reforma agrária para que pudessem iniciar atividades produtivas.

Os anos 2000 foi um importante momento de constituição de novos Fundos Rotativos Solidários na Região. Em 2000, a **Fundação Luterana de Diaconia – FLD** – foi criada, por decisão do Conselho da Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil (IECLB), a partir do antigo Serviço de Projetos de Desenvolvimento. A FLD surgiu com objetivo de apoiar a execução de programas e projetos que promovam a qualidade de vida, cidadania e justiça social. O **Fun-**

do de Projetos, uma das ações da Fundação, tem parceria com o Serviço das Igrejas Evangélicas na Alemanha para o Desenvolvimento (sigla em alemão EED), Pão para o Mundo (PPM) e Federação Luterana Mundial (FLM).

Além do Fundo de Projetos, existe um projeto acompanhado pela Fundação Luterana na área da agroecologia: o **Centro de Apoio ao Pequeno Produtor – CAPA**. Os CAPAs são uma forma de apoio comunitário que visa suprir necessidades financeiras dos agricultores familiares e suas organizações. O Fundo possui um caráter pedagógico priorizando iniciativas inovadoras, abertas, participativas, solidárias e coletivas.

Em 2003, atendendo a uma solicitação do então Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, que à época lançava o Programa Fome Zero e fazia um apelo à solidariedade com o objetivo de destinar ajuda financeira às famílias despossuídas. Foi então que os metalúrgicos gaúchos constituíram o **Fundo Fome Zero dos Metalúrgicos da Grande Porto Alegre**, para ser distribuído a empreendimentos solidários de geração de emprego e renda. O Fundo dos Metalúrgicos é constituído a partir da colaboração da categoria, que destina 0,08% do aumento real para este fim.

As experiências dos Fundos Rotativos Solidários indicam que eles são um instrumento importante para o fortalecimento da Economia Solidária por que:

- mobilizam recursos para promover atividades produtivas;

- propiciam a formação e educação para a solidariedade e desenvolvimento sustentável;
- desenvolvem vínculos de confiança e de identidade de solidariedade e cooperação entre os participantes dos fundos;
- promovem a sensibilização e mobilização para a organização social comunitária e para a prática de autogestão de experiências de finanças solidárias;
- estimulam a perspectiva e o engajamento no desenvolvimento comunitário e territorial.

Para refletir e debater em grupo:

- Você conhece alguma experiência de Fundo Rotativo Solidário? Que tipo de fundo é: monetário, de sementes, de animais, de terra, de serviços?
- Qual a diferença entre a lógica dos Fundos Rotativos Solidários e a lógica do crédito convencional?
- O que significa participar da autogestão de um FRS que constitui uma poupança e os sócios deste Fundo decidem como utilizar os recursos desta poupança?
- Você já acessou algum Fundo Solidário? Já participou de algum Fundo Solidário ou Fundo Rotativo Solidário?

Agora que já falamos um pouco sobre as diferenças entre Fundos Solidários e Fundos Rotativos Solidários e conhecemos um pouco sobre a história desta metodologia na Região

Sul do Brasil, vamos ver o passo a passo para que você possa constituir um Fundo Rotativo Solidário em sua comunidade.

COMO ORGANIZAR UM FUNDO ROTATIVO SOLIDÁRIO?¹¹

Não existe um manual de passos e regras obrigatórias. Cada grupo constrói suas regras para o seu fundo de forma coletiva. Para um bom funcionamento de um fundo existem dois princípios fundamentais que são: a participação ativa dos beneficiários e a transparência na gestão. Toda a decisão é tomada em reunião, com todos ou a maioria dos membros do fundo. A forma de gestão também é muito importante. Na experiência de fundos rotativos solidários da Paraíba, por exemplo: o grupo organizou uma comissão, formada por parte da diretoria do fundo e parte pelos envolvidos no fundo. A comissão se responsabiliza por receber os recursos, fazer a compra de materiais, acompanhar obras, ou seja, gerenciar completamente os recursos. E outra atividade importante é a prestação de contas, que é feita numa reunião com as famílias e grupos, mostrando quanto entrou de recursos, quanto saiu e quanto tem em caixa. Assim, todos podem acompanhar e estão vendo de perto que o trabalho realmente é feito com honestidade e transparência.

¹¹ Texto disponível em Cordel do Fundo Solidário gerando riquezas e saberes – noções de boas práticas sobre organização e gestão.



Para o **bom funcionamento** do fundo rotativo solidário, precisa estar claro para todos que a comunidade ou grupo organizam uma poupança para financiar atividades produtivas definidas pelos grupos. Estes objetivos garantem maior confiança e corresponsabilidade na administração dos fundos, e é por isso que se faz necessário adotar procedimentos para que todos possam conhecer os princípios, objetivos e funcionamento do fundo, definindo e registrando entre o conjunto dos sócios as regras e os compromissos dos seus associados. A seguir abordaremos quais são estes procedimentos.

PROCEDIMENTOS PARA FORMALIZAÇÃO DOS FUNDOS ROTATIVOS SOLIDÁRIOS

- Realização de assembleia de criação dos fundos rotativos solidários (FRS)

Após varias reuniões de sensibilização e mobilização para a construção do fundo rotativo é necessário realizar uma grande assembleia na comunidade com a participação de todos os interessados em integrar o grupo. É nessa assembleia que ocorrerá o nascimento do FRS e será estabelecida a livre adesão de famílias, grupos ou pessoas. Portanto, é nesse momento que será registrada em ATA a constituição da poupança comunitária que irá atender os diferentes inte-

resses de seus beneficiários. Os Fundos Rotativos Solidários podem estabelecer as principais linhas de ação do Fundo, como por exemplo, priorizar a aquisição de máquinas, equipamentos, cursos de formação, etc. ou ainda, elencar aquelas que serão as prioridades para o grupo.

- Ata e assinatura de livre adesão de famílias, grupo ou pessoas

Na assembleia de implantação do fundo rotativo solidário, todos os integrantes do grupo deverão assinar uma ata. Uma ata é um registro resumido, fiel e claro do que foi tratado e definido em uma assembleia ou reunião. Normalmente, a pessoa que está escrevendo faz anotações de tudo o que aconteceu para ao final contar em ordem os assuntos tratados e as decisões tomadas, não se esquecendo de mencionar os nomes dos sócios que usaram a palavra. A ata servirá para lembrar no futuro os acordos e as decisões tomadas pelo grupo.

As atas importantes devem ter sempre a assinatura do presidente e do secretário e devem ser registradas em cartório. Os procedimentos de registro de atas, livros e regimentos devem sempre ser verificados no cartório de Registro de Títulos e Documentos de sua cidade. Mas sabemos que para registrar a ata de criação do FRS é necessário que antes se tenha o registro do regimento interno do grupo.

- Construir um sistema de contribuição

É durante a construção do regimento interno que os sócios irão discutir as normas e a frequência de contribuição dos fundos. Nunca devemos esquecer dos ensinamentos de seu Vicente¹²: *O mistério dos fundos está na contribuição comunitária, pois, se não houver reposição de onde se tira, o fundo pode acabar.*

Portanto, é nesse momento que o grupo construirá a forma de contribuição: se em dinheiro, se em dia de serviço, se em produtos ou se na combinação de todos eles. A maioria das comunidades determina que a contribuição deve ser feita no momento da reunião mensal do fundo rotativo, evitando-se pagar o dinheiro (ou produtos) no meio do caminho. Dessa forma, a pessoa responsável pelo recebimento e o sócio contribuinte poderão melhor controlar a contribuição preenchendo um carnê, anotando na caderneta ou registrando em tabelas. O importante é registrar a data, o valor e conter as assinaturas de quem está contribuindo e de quem está recebendo.

- Eleger uma comissão de gestão

A maioria das comunidades que gerem fundos rotativos adotou a formação de uma comissão de gestão, que também pode ser chamada de coordenação ou direção, para

¹² Ver vídeo “Cordel do Fundo Solidário: Gerando Riquezas e saberes”

garantir maior transparência e confiança na administração dos recursos comunitários. Essa comissão também deve ser rotativa, ou seja, renovada após um determinado tempo, e todas as pessoas envolvidas podem e devem participar dela por um período predeterminado.

Normalmente, essas comissões são formadas por três pessoas que respondem igualmente pela organização das ações. Alguns grupos preferiram organizar a seguinte estrutura: um presidente, um secretário e um tesoureiro com atribuições diferenciadas.

De uma forma ou de outra, a comissão é responsável pela execução do planejamento comunitário acordado nas reuniões do fundo, pela arrecadação das contribuições, pela compra de materiais, pelo acompanhamento das implementações, pela organização da pauta das reuniões comunitárias, etc..

A descrição dessa comissão e suas atribuições, bem como o período de renovação, devem estar contidas no regimento interno do fundo rotativo.

- Comunicar a constituição dos FRS às organizações parceiras/financiadoras

A poupança comunitária poderá ser formada com recursos internos dos próprios sócios, mas também poderá ser estimulada a partir de uma ação ou recursos que chegam de

fora da comunidade. Nesse caso, é importante informar por escrito a organização parceira ou financiadora sempre que houver estímulo ao Fundo a partir do benefício recebido, explicando que, por decisão coletiva, aquele recurso será usado para fortalecer o fundo rotativo solidário e, portanto, espera-se poder multiplicar o seu uso.

Aspectos Operacionais

- Escrever a Ata

Para o bom funcionamento do fundo rotativo solidário é importante que o grupo se reúna pelo menos uma vez por mês e que todas as reuniões sejam registradas em atas. Antes de dar início a uma próxima reunião, recomenda-se fazer a aprovação da ata da reunião anterior. O texto então é lido para sua discussão e aprovação. Se aprovada a ata anterior, faz-se o registro dela na ata daquele dia. Caso haja alguma ressalva, ela também deverá ser registrada na ata seguinte.

As atas deverão ser feitas em um caderno especial com páginas numeradas. Nesse caderno é necessário incluir um termo de abertura e um termo de fechamento indicando a finalidade daquele livro de ata.

Uma ata é uma carta redigida de maneira que não seja mais possível realizar qualquer modificação posterior. Assim,

ela deve ser escrita num único parágrafo, sem espaço inicial, ocupando toda a largura da página. E, ao final do texto, se sobrar algum espaço, a linha deverá ser completada com um traço. Apenas as assinaturas separam uma ata da outra.

No texto não devemos usar abreviaturas de palavras ou expressões. Por exemplo, temos que evitar escrever FRS, escrevendo o nome por completo: fundo rotativo solidário. Os números também deverão ser escritos por extenso, o que não impede que sejam repetidos algarismos. Por exemplo, na reunião estavam presentes quinze (15) sócios.

Numa ata não pode conter rasuras. Se ao escrever a ata se cometeu algum erro não se deve riscar ou usar corretivo, mas escrever novamente a palavra correta depois da expressão **“digo”**. Por exemplo, aos dezesseis (16) dias de abril, digo de maio, de dois mil e oito reuniram-se 15 (quinze) sócios do fundo rotativo solidário. Se o erro for visto só ao final da ata, também sem rasurar a linha incorreta, utilize a expressão **“Em tempo”** e acrescente a informação no fim do texto. Por exemplo, **“Em tempo: onde se lê abril, leia-se maio”**.

O texto da ata devesse conter as seguintes informações:

1. Data, horário, local e objetivos daquela reunião.
2. O nome e assinatura da/o presidente, da/o secretária/o e das pessoas presentes.
3. Aprovação da ata passada.
4. Relato da reunião propriamente dita.
5. Encerramento.



- Termo de adesão de novos membros

Muitas vezes, ao se começar uma ação ou atividade na comunidade, nem todas as famílias sentem-se motivadas a participar. Somos todos meio São Tomé, precisamos ver para crer e somente quando percebemos que aquela organização tem algum futuro é que decidimos também participar. Pode ocorrer também que chegue uma família nova na comunidade, ou que um novo casal seja formado. Como proceder com essas famílias?

O melhor procedimento para incluir novas famílias é apresentá-las numa reunião do fundo rotativo e, nesse momento, elas devem assinar um termo de adesão com conteúdo parecido com aquele lavrado em ata durante a formação do fundo.

Na página a seguir podemos observar um exemplo de um termo de adesão. Esse termo deve ser assinado em duas vias: uma fica com a comissão de gestão e a outra fica com a nova família sócia. Todos esses novos termos devem ser guardados em pastas com os demais documentos de gestão.

Ao 22 de julho de 2007 na comunidade
 de Volta de Baixo e Realizou uma reunião
 do fundo rotativo solidário para prestação de
 conta, foi mostrado uma vídeo mostrando a
 importância do fundo rotativo solidário e a
 contribuições da comunidade Gerardo mais
 desenvolvimentos para a comunidade de Volta
 do vídeo passado e coordenadora do fundo
 rotativo solidário Josefa Aguiar de Lima,
 comentando a importância do fundo rotativo
 na comunidade de Volta de Baixo e desenvolvimento
 do fof recurso recebido Gerardo mais
 recurso na comunidade Josefa Aguiar
 de Lima passou a palavra para o presidente
 do sindicato Rural de Arara falou um pouco
 dos fundos rotativos solidários da ORGAM
 ligado dos agricultores para o desenvolvim
 to melhor dos agricultores e Agricultora
 do município de Arara, PA

Celso Maria Antonio da Silva
 Luiz Simão Ribeiro da Silva
 Teófilo Jesus e da Silva
 Gilde Aguiar de Lima Batista
 Daniel S. do Santos
 Josefa Aguiar de Lima
 José Marcos Marques da Silva
 Euzilene Helena da Santa
 Antônio José de Souza
 Euzilene Fernandes da Silva
 Antônio Maria da Conceição (argj)
 Janina Suzana da Conceição (argj)
 Maria Avelino (argj)
 Regina Vicente das Santos (argj)
 Benedita Ana de Souza (argj)

TERMO DE ADESÃO AO FUNDO ROTATIVO SOLIDÁRIO

COMUNIDADE: _____

MUNICÍPIO: _____

Eu, _____, no cumprimento de minhas responsabilidades, assumo de inteira e livre vontade participar do Fundo Rotativo Solidário de minha comunidade, colaborando com a contribuição estabelecida pelas assembleias de associados para a criação de uma poupança comunitária de acordo com a decisão das familiares sócias do grupo. O objetivo dessa poupança é apoiar e fortalecer as experiências das famílias que trabalham com agricultura familiar agroecológica ou outras atividades que venham a ser definidas pelo grupo sócio do fundo rotativo solidário, conforme o Regimento Interno.

Declaro conhecer e aceitar as determinações contidas no Regimento Interno aprovado em Assembleia Geral dessa comunidade

assinatura

_____ -PB

_____/_____/_____

- Sistema de contribuição

Para que um fundo rotativo não fracasse é necessário que todos os seus sócios se envolvam nas atividades, participem das reuniões, aprendam noções de gestão e contribuam com o fundo coletivo.

Muitas comunidades optaram pela formação de um caixa único composto por várias linhas de ação para o fortalecimento da agricultura familiar: canteiros econômicos, telas de arame, animais, campos de palma, horas de trator, poço amazonas, silagem, e assim por diante. E muitos grupos separam ainda parte do recurso para formar um fundo de emergência.

Para cada linha de ação apoiada, é também organizado um sistema de contribuição diferente, veja alguns exemplos que têm dado certo:

- **Animais:** cada beneficiário que receber 6 ovelhas terá o prazo de até 3 anos para contribuir também com animais. A cada ano, a família beneficiária repassa duas ovelhas fêmeas para uma nova família, até completar o número de animais que recebeu. Em Caiçarinha, município de Pedra Lavrada, além das 6 ovelhas, cada família também repassa ao final do terceiro ano um animal macho para fortalecer a associação comunitária.

- **Cerca de tela:** cada sócio que receber arame para a



cerca de tela deverá contribuir com a quantidade de arame que utilizou para fazer sua cerca ou com o valor em dinheiro equivalente à quantidade utilizada, conforme os critérios acordados entre os sócios.

- **Canteiro Econômico:** algumas comunidades, como Santana de Olivedos, resolveram devolver o valor dos canteiros em sementes produzidas nas próprias hortas. Assim, além de melhorar a segurança alimentar da família, contribuem para o fortalecimento do banco de sementes comunitário. Outros grupos preferem ter devolvida a quantia equivalente ao valor do material que o sócio recebeu.

- Algumas comunidades aceitam como devolução o **dia de trabalho**. Dessa forma, organizam também um banco de horas abatendo o valor da diária do total da contribuição que a família tem a fazer.

- As contribuições realizadas em moeda se darão de acordo com a possibilidade de cada família. Na comunidade Sussuarana, de Juazeirinho, por exemplo, acordaram dois valores: aquelas famílias que podem contribuir mais doam 20,00, aquelas que possuem menos condições doam 10,00 reais. Tem mês que doam 15,00 reais e no mês seguinte dão o restante, tem mês que fazem bingo, que vendem galinhas. O importante é manter o fundo sempre vivo.

- Há famílias que receberam mais de um benefício e, portanto, contribuem de formas diferentes de acordo com o

sistema estipulado para cada inovação.

- No município de Santo André, as comunidades optaram por criar um sistema de mensalidades como forma de contribuição ao FRS. Assim, cada membro, independentemente de já ter recebido ou não algum benefício, contribui com o valor definido na assembleia geral de constituição do fundo.

Normalmente, os valores em dinheiro são entregues no dia da reunião comunitária. Para organizar as informações, muitas comunidades adotam o uso de um caderno onde cada página é dedicada a um membro do fundo. Ali se registraram a data e o valor da contribuição e recolhe-se a assinatura daquela pessoa da família responsável pela contribuição. Para garantir maior transparência e confiança, algumas comunidades adotam também o uso de uma cadernetinha. Essa ficará de posse do sócio e receberá a assinatura do tesoureiro informando quando e quanto a família contribuiu.

Outras comunidades utilizam carnês de contribuição. Nesse caso, o carnê contém duas partes: uma fica com o sócio, enquanto a outra, chamada de canhoto, fica com o tesoureiro. As duas partes contêm as mesmas informações: quem, quanto e quando pagou.

Carnê de Contribuição Fundo Rotativo Solidário	Carnê de Contribuição Fundo Rotativo Solidário
Comunidade de: _____ Nome (quem está contribuindo): _____	Comunidade de: _____ Nome (quem está contribuindo): _____
Valor a contribuir: _____	Valor a contribuir: _____
Tipo de contribuição: _____	Tipo de contribuição: _____
Valor correspondente: _____	Valor correspondente: _____
Data: ____/____/____	Data: ____/____/____
Assinatura: _____	Assinatura: _____

Exemplo de Carnê de Contribuição

Os FRS do município de Arara adotam também um Termo de Compromisso. A cada benefício adquirido, a família recebe um termo com o nome, CPF, valor total de contribuição ao fundo, total de parcelas, datas para contribuições e de quando o termo foi combinado. Assim fica claro para a família, para a comissão e para a comunidade como serão feitas as contribuições para garantir a continuidade do fundo solidário.

Também varia bastante o tratamento que se dá ao dinheiro recolhido: algumas comunidades abrem uma conta no banco, outras preferem não ficar com o valor em dinheiro e logo transformam em materiais (lona, cimento, arame, etc.).

A comunidade de Santana, em Olivedos, deu uma solução diferente. Quando as famílias notaram que o dinheiro de contribuição havia crescido um pouco, optaram por usar todo o recurso em caixa na compra de animais. Acreditam

que as ovelhas ajudarão a multiplicar o dinheiro mais rápido. Compraram cinco animais, sendo três matrizes, explica seu Edmilson. Os filhotes machos vão sendo vendidos e a comunidade determina o que fazer com o recurso. As fêmeas vão sendo criadas pelo grupo como forma de ir aumentando a poupança. Ao final do ano, esperam ter recurso suficiente para ampliar suas ações.

- Contabilidade mensal e anual

Mesmo que a circulação de recursos seja pequena, é necessário que se faça um balanço mensal para ir organizando as contas do fundo rotativo. Esse procedimento é bastante simples e facilitará o maior controle do que se tem em caixa. Para tanto, basta somar todas as entradas do mês ao saldo do mês anterior e, do total, diminuir todas as despesas pagas durante aquele mês. Assim, você chegará ao novo saldo que será importante para o planejamento coletivo das próximas ações do fundo rotativo. Veja o exemplo na tabela a seguir:

Data	Discriminação	Entrada	Saída	Saldo
	Saldo anterior	5.500,00		
	Devolução de tela	500,00		
	Devolução reforma de casa	1.000,00		
	Compra de arame		- 1.500,00	
	Compra de lona		- 500,00	
Total		7.000,00	- 2.000,00	3.000,00*

*O saldo é o total de entrada menos total de saída



Essas operações são muito fáceis de fazer, basta para isso ter em mãos todas as informações do que entrou e saiu do caixa. Para registrar as entradas, basta somar ao saldo do mês anterior todos os canchotos ou recibos de contribuição. Para registrar as saídas, basta diminuir do valor dessa soma, os valores das notas fiscais e dos recibos dos materiais comprados ou serviços pagos. Assim, teremos o saldo mês atual.

Os recibos são comprovantes de pagamento ou recebimento. Se forem de recebimento (de entrada), o que fica para a contabilidade é a cópia, pois o original fica com o beneficiário que contribui com o fundo. Se for um recibo de pagamento (de saída do caixa), deverá ser arquivado o recibo original. Já as notas e cupons fiscais são os comprovantes legais de tudo o que foi comprado pela gestão do fundo rotativo solidário. Todas as notas, cupons fiscais e recibos devem ser guardados em pastas próprias.

Fazer um balanço anual também é bastante importante para que o grupo possa ter uma ideia de como foram os trabalhos durante o ano que passou e para se ter chance de melhor organizar o trabalho do ano seguinte.

Exemplo de contabilidade anual:

Mês	Saldo	Entrada	Saída	Total
Janeiro	2.500,00	520,00	420,00	2.600,00
Fevereiro	2.600,00	480,00	300,00	2.780,00
Março	2.780,00	550,00	250,00	3.080,00
Abril	3.080,00	490,00	550,00	3.020,00
Mai	3.020,00	550,00	400,00	3.170,00
Junho	3.170,00	530,00	350,00	3.350,00
Julho	3.350,00	510,00	350,00	3.380,00
Agosto	3.380,00	520,00	250,00	3.650,00
Setembro	3.650,00	490,00	620,00	3.520,00
Outubro	3.520,00	500,00	370,00	3.650,00
Novembro	3.650,00	530	520	3.660,00
Dezembro	3.660,00	550	340	3.870,00
Ano 2008	2.500,00	6.220,00	4.850,00	3.870,00

Atividades do Fundo Rotativo no ano de 2008	
Saldo de 2007	2.500,00
Entrada	6.220,00
Saída	4.850,00
TOTAL	3.870,00

Nesse fundo rotativo imaginário, podemos perceber que, no início do ano de 2008, havia um saldo de 2.500,00. Entraram 6.220,00 reais de contribuição. E a poupança comunitária financiou 4.850,00 reais em ações. Do que se tinha como saldo, somado ao que entrou (contribuições) e tirando o que saiu (despesas) em atividade, restou a esse fundo um novo saldo

de 3.870,00 reais para iniciar as atividades no ano seguinte.

A prestação de contas é um instrumento importante de gestão, planejamento da comissão, transparência e confiança das ações por parte da comunidade. Por isso, é essencial apresentar não só o que foi realizado, quanto foi realizado e quem foi contemplado, mas também a movimentação financeira do período.

- Planejamento das ações

As reuniões mensais são espaços fundamentais para, de forma partilhada, planejar e priorizar as ações do mês seguinte. Ali são levantadas as necessidades e os desejos das famílias que, a partir dos recursos disponíveis, vão norteando a realização das ações. Nesse sentido, a participação das famílias nas reuniões comunitárias é um elemento essencial para ajudar a planejar as ações.

Saber o que se tem em caixa é um bom caminho para organizar o planejamento das atividades de um fundo solidário. Mas além disso, é preciso aprender cada vez mais para saber o quê e como fazer. É sempre importante que a comunidade conheça sua realidade, suas dificuldades e suas potencialidades. Assim, poderá buscar novas experiências a serem apoiadas pelo fundo. As visitas de intercâmbio, por exemplo, são ótimas oportunidades de busca e troca de conhecimento.

- Partilha de conhecimento

Um fundo rotativo é melhor desenvolvido quando a maior parte da comunidade conhece a experiência e se reconhece como participante daquele sistema. Para isso, é importante que se faça um processo contínuo de mobilização alimentado pela própria experiência comunitária. As reuniões comunitárias; as celebrações; as reuniões no sindicato, na associação e nos fóruns de economia solidária e os documentos de prestação de contas são espaços e instrumentos importantes para a divulgação e continuidade da experiência.

Do mesmo modo, partilhar as dificuldades e avanços, as experiências de gestão, a definição de prioridades, as formas de adesão das famílias, as ações e as inovações do fundo com as comunidades vizinhas também pode se traduzir numa importante ferramenta de afirmação de um projeto político mais abrangente e de consolidação de um novo jeito de viver em comunidade.

A sistematização da experiência do ponto de vista técnico, econômico, organizativo ou político pode ser outro exercício importante para a sua consolidação. Quando as famílias são motivadas a se valorizar e a olhar criticamente a experiência vivida, vão resgatando valores, construindo novos entendimentos sobre sua capacidade organizativa e conquistam cidadania.



CASAS DE SEMENTES CRIOULAS

MAS E O QUE É NECESSÁRIO PARA CONSTITUIR UM FUNDO (CASA OU BANCO) DE SEMENTES CRIOULAS?

Em primeiro lugar, vamos entender um pouco melhor o que é uma Casa de Sementes. Uma **Casa de Sementes** é a solução encontrada por algumas comunidades para o problema da falta de sementes no tempo do plantio. A experiência da Casa de Sementes é simples e pode ser feita por qualquer grupo de camponesas e camponeses.

COMO FAZER?

Reúna um grupo de pessoas interessadas, estude, participe os conhecimentos e experiências. Escolha uma área coletiva. Plante sementes crioulas de qualidade, sempre em mutirão. No tempo da colheita, uma parte das sementes deve ser guardada. O grupo pode armazenar as sementes em pequenos silos, latas, potes ou garrafas, num dia escolhido especialmente para este fim.

Para uma boa conservação as sementes devem ser armazenadas limpas e secas. Lacre as tampas com sabão ou cera para impedir a entrada de ar. Guarde em um lugar seco e com pouca luz. Uma revisão periódica também garantirá a manutenção das sementes.

Quando for o tempo de plantio, as sementes devem ser

repartidas entre os participantes do grupo. Cada camponesa e camponês deve se comprometer em plantá-la e, no tempo da colheita, guardar novamente de forma coletiva a semente.

É importante trocar as sementes com outros camponeses e grupos.



Para refletir e debater em grupo:

- Agora que nós já vimos o passo a passo para constituir um Fundo Rotativo Solidário, vamos organizar um fundo fictício para que possamos compreender melhor seu funcionamento?
 - O que é necessário para constituir um Fundo?
 - Que tipo de Fundo iremos constituir? Qual será a forma de contribuição de cada associada/o?
 - Como será sua gestão?
 - Que tipo de atividades podem ser apoiadas com os recursos do Fundo?
 - O Fundo terá devolução? Por quê? Como será feita?
 - Quais são as informações importantes que devem constar no Regimento Interno?
- Ao final da atividade, discuta com o grupo sobre as dificuldades encontradas, o que e como fazer para resolver estas dificuldades, quais são os benefícios e aprendizados encontrados.

Nós já conhecemos dois tipos de Fundos Solidários: os monetários (que envolvem dinheiro) e os de Sementes Crioulas. Vamos conhecer outras modalidades de Fundos?

REVISITANDO PRÁTICAS E CONCEITOS

Talvez, você ainda esteja se perguntando pela diferença entre **Fundos Rotativos Solidários, Bancos Comunitários e Cooperativas de Crédito** – três práticas que constituem as Finanças Solidárias e que foram citadas ao longo deste material.

Vamos por partes:

O que são as Finanças Solidárias?

“As Finanças Solidárias constituem-se em um esforço de setores sociais normalmente atentos à problemática dos padrões de desenvolvimento que tem por objetivo viabilizar a utilização de recursos econômicos, por meio de instrumentos financeiros, de forma a incidir na redução da pobreza no mundo, favorecendo concomitantemente a perspectiva do desenvolvimento ambientalmente sustentável, ao mesmo tempo em que pretende viabilizar meios de emancipação social das comunidades envolvidas nos projetos financiados. Neste sentido, tem como referência o movimento maior da economia solidária, em que se insere ao mesmo tempo, enquanto partícipe e enquanto fator de impulso”.

O que são os Fundos Rotativos Solidários?

Um Fundo Solidário é uma experiência solidária de auto sustentação. É um instrumento de crédito solidário. É uma prática de mutirão, de ajuda mútua entre um grupo de pessoas que se organizam em torno de um objetivo comum. É um **fundo** porque reúne recursos (financeiros, mão de obra, sementes, serviços, etc.). É **rotativo** porque os recursos giram, circulam entre todos os participantes. E é **solidário** porque você recebe o benefício, mas também pensa no outro, divide com o outro.

O que são os Bancos Comunitários?

Banco Comunitário é um serviço financeiro, solidário, em rede, de natureza associativa e comunitária, voltado para a reorganização das economias locais, na perspectiva de geração de trabalho e renda e da Economia Solidária.

Banco Comunitário não é apenas uma instituição de microfinanças. Esta prática exige a participação ativa da comunidade e do controle social (meios através dos quais se procura controlar, por exemplo, a inadimplência). Bancos Comunitários apesar de serem territorializados, possuírem princípios e valores vinculados às práticas solidárias, autogestionárias e sustentáveis, também estão vinculados e submetidos às regras do sistema bancário. As principais diferenças entre estes dois sistemas – sistema alternativo (ban-



cos comunitários) e sistema bancário convencional (bancos comerciais) estão relacionadas à concepção de garantias, inadimplência, risco, concepção de sigilo bancário, desenvolvimento local, juros praticados, entre outras.

Os Bancos Comunitários são criados em parceria com o Banco Popular do Brasil e podem operar como agentes bancários recebendo o pagamento de contas de água, luz, telefone e pagamentos de benefícios do INSS; abrir e manter conta bancária com a utilização de cartão magnético, fazer empréstimos aos associados para crédito de produção e de consumo; trabalhar com moeda social como circulante local e também operar seguros de vida.

O que são as Cooperativas de Crédito?

Cooperativa de Crédito é uma associação de pessoas, que buscam através da ajuda mútua, sem fins lucrativos, uma melhor administração de seus recursos financeiros. O principal objetivo de uma Cooperativa de Crédito é prestar assistência creditícia e a prestação de natureza bancária a seus associados com condições mais favoráveis do que aquelas oferecidas pelo sistema bancário convencional.

As Cooperativas de Crédito podem captar recursos junto aos seus associados para emprestá-lo como crédito para outros associados, como também pode repassar créditos com recursos captados junto outros órgãos financeiros e operar

com outros serviços financeiros, como conta bancária e pagamentos de contas públicas para os seus associados.

As principais **diferenças entre Cooperativas de Crédito e Bancos Comunitários** são:

- 1) A **Cooperativa de Crédito** compõe o sistema financeiro nacional e é regulamentada pelo Banco Central. O **Banco Comunitário** não está dentro do sistema oficial.
- 2) A Cooperativa é de propriedade dos associados, já o Banco Comunitário não tem um dono (é de toda a comunidade). A gestão do Banco Comunitário é feita por uma organização comunitária.

Quanto à filosofia, tanto a Cooperativa de Crédito como os Bancos Comunitários estão no campo da Economia Solidária e compartilham os valores da cooperação, da auto-gestão, da solidariedade e da democracia nas decisões.

A principal **diferença entre Fundos Rotativos Comunitários e Bancos Comunitários**:

- 1) Tipo de contribuição. Os Fundos podem ser monetários, de sementes, de animais, de serviços etc. Os Bancos Comunitários operam unicamente com valores monetários.

REDE DE FUNDOS ROTATIVOS SOLIDÁRIOS: CONCEPÇÃO, OBJETIVOS E FUNCIONAMENTO

Fritjof Capra afirma em *A Teia da Vida* que “onde quer que encontremos sistemas vivos – organismos, partes de organismos ou comunidades de organismos – podemos observar que seus componentes estão arranjados à maneira de rede. Sempre que olhamos para a vida, olhamos para redes. [...] O padrão da vida, poderíamos dizer, é um padrão de rede capaz de auto-organização” (2001, p.77-8)

Como você já sabe este material é reflexo de uma discussão mais ampla e que abrange o processo de mapeamento dos Fundos Rotativos Solidários em todo o país. O objetivo com este mapeamento é, além de conhecermos a realidade dos Fundos, que apresentam uma ampla diversidade em sua forma de gestão e organização, organizar um Cadastro Nacional de Fundos Solidários, a fim de constituir a Rede Nacional de Fundos Solidários que deverá ampliar o diálogo, a troca de experiências e a definição de ações comuns entre os Fundos Solidários e também dialogar com os governos para a ampliação e fortalecimento dos Fundos Solidários com o apoio de políticas públicas específicas.

Cabe neste momento, portanto, definirmos o que compreendemos por **rede**.

Uma **rede**, no sentido que desejamos salientar neste momento, é caracterizada por um conjunto de atores (empreendimentos, entidades, coletivos, indivíduos, etc.) que se organizam em torno de identidades, ações, objetivos, metas e valores comuns. Apesar de podermos animar a rede através das ferramentas oferecidas pela Internet, não estamos falando aqui de redes sociais, mas de **comunidades de sentido**. Estas comunidades criam seus vínculos e os mantêm em torno de um elo de identificação, afinidade, interesse e valor social.

Segundo Jandir Pauli¹³, “geralmente se entende rede com o significado de processo de captação, articulação e otimização de energias, recursos e competências, capaz de gerar um sistema de relacionamentos que organiza indivíduos e instituições, em torno de um objetivo ou agenda comum de caráter público”.

É importante pensarmos em como a **gestão em rede** pode beneficiar o trabalho que desenvolvemos em relação aos **Fundos Rotativos Solidários**. Segundo Ilse Scherer-Warren¹⁴, a **gestão em rede** possibilita o desenvolvimento

¹³ PAULI, Jandir. O poder nas redes de Economia Solidária. Dissertação de Mestrado, PPGS/UFRGS, 2005

¹⁴ Em apresentação ao III Encontro do Conselho Gestor da Região Sul, em março de 2012, intitulada: “Redes Sociais e possibilidades de Rede de Fundos Solidários: Como construir e animar as redes?”



de novas formas de governança, na medida em que:

- 1) é portadora de mecanismos de auto regulação;
- 2) de controle horizontalizado;
- 3) de compartilhamento de objetivos estratégicos;
- 4) de uma cultura política construída coletivamente.

A autora ainda salienta que “institucionalmente, uma gestão cidadã, dependerá da capacidade de articulação entre redes comunitárias e instituições estatais para a realização de uma gestão na direção de uma governança democrática e inclusiva”. Segundo ela, algumas tendências podem ser identificadas nas múltiplas redes cidadãs ou de movimentos sociais, que são:

- a) Fronteiras abertas e informais
- b) Participação de indivíduos e organizações;
- c) Coexistência de identidades diversas;
- d) Respeito às diferenças;
- e) Reconhecimento mútuo;
- f) Objetivos/utopia comuns.

As redes se constituem como mecanismos importantes porque possibilitam o empoderamento através dos seguintes pontos:

- g) Confiança interpessoal e no coletivo;
- h) Reciprocidade entre comunidades e instituições;

- i) Solidariedade, colaboração e cooperação;
- j) Desenvolvimento do potencial associativista;
- k) Mediação de conflitos;
- l) Construção de valores democráticos;
- m) Educando para uma governança democrática.

Mas afinal, o que é necessário para darmos início ao processo de constituição de uma Rede?

Em primeiro lugar, precisamos observar os seguintes princípios a partir dos quais esta rede será articulada:

- Identidade coletiva ou identificação de sujeitos múltiplos;
- Definir adversários, opositores, antagonistas ou conflitos centrais;
- Estabelecer objetivos, projetos ou utopia para mudança.

Como poderemos construir a rede de Fundos Solidários?

Em primeiro lugar, devemos nos perguntar pela necessidade de construirmos redes. Compreendemos, neste sentido, que apesar de haver uma rede de Economia Solidária, é preciso constituir uma rede de Fundos Solidários na medida em que se torna indispensável fortalecer os vínculos entre estes. A constituição de redes torna-se importante no que diz respeito à troca de experiências (partilhar as diferenças, dificuldades,

avanços...), aumento da compreensão acerca da temática e gestão de recursos. A rede poderá, também, ser um instrumento eficaz para potencializar o acesso a recursos. Este acesso, por sua vez, deve ser múltiplo, não estando vinculado a um único âmbito – o das políticas públicas, por exemplo.

Há, contudo, a necessidade de discutir que tipo de rede queremos. Algumas questões são próprias de um segmento de fundo (tipo de fundo) e outras dizem respeito ao conjunto de fundos solidários. Assim, é preciso pensar em um primeiro momento sobre o que aglutina os Fundos. Os Fundos Solidários são um elemento, por si só, aglutinador?

Acreditamos que temos um leque de FRS bastante diversificado, tanto na área urbana quanto na rural. A diversidade se dá também e principalmente em âmbito regional. Não poderíamos então pensar em uma articulação por setores afins? Como por exemplo, os fundos diocesanos de solidariedade, os fundos das casas de sementes crioulas e outros. Acreditamos que esta pode ser uma solução. Assim, parece-nos essencial tentar mapear o que nos identifica, antes de chegar às áreas, quais são nossas afinidades, interesses, qual o valor social – o que pretendemos alcançar com isso? Que instrumentos precisamos construir?

A partir deste mapeamento, chegaremos às áreas de interesse e aos setores de fundos. Um dos elementos que pode ser considerado prioritário para todos os fundos neste

processo é o intercâmbio de concepções e metodologias de gestão das entidades gestoras de Fundos (como divulgam o fundo, como se dá a seleção e acompanhamento de projetos apoiados, como são tomadas as decisões, como se articulam, etc.). Acredita-se que estas seriam questões de afinidade comum ou geral entre o conjunto dos fundos.

PERSPECTIVAS E POSSIBILIDADES DE APOIO AOS FUNDOS ROTATIVOS SOLIDÁRIOS: OS FUNDOS E AS POLÍTICAS PÚBLICAS

Desde 2003 existe um grupo de representantes de entidades e da sociedade civil, como CÁRITAS, Articulação do Semi Árido (ASA), Comissão Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), Instituto Marista de Solidariedade (IMS), Pastoral da Criança e outros e também de fóruns e órgãos de governo, como Fórum Estadual de Segurança Alimentar Sustentável (FESANS), Secretaria Nacional de Economia Solidária/Ministério do Trabalho e Emprego (SENAES/MTE), Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome (SESAN/MDS) e Secretaria de desenvolvimento Territorial do Ministério de Desenvolvimento Agrário (SDT/MDA) que vem dialogando e construindo propostas e fazendo experiências para viabilizar fontes de apoio aos fundos solidários. Este grupo



constitui um Comitê Nacional que faz a gestão dos Convênios da SENAES para os Fundos Solidários e dos Editais do BNB dentro do Programa de Apoio a Projetos Produtivos Solidários (PAPPS).

Até o momento ainda não se conseguiu criar um instrumento que permite aos ministérios e secretarias de governo destinar recursos financeiros dos seus orçamentos para apoiar a constituição de novos fundos solidários e para ampliação de recursos de fundos existentes.

Hoje, 2012, estão sendo realizados três tipos de experiências para apoiar os fundos solidários com recursos públicos:

- Cinco Convênios Regionais e um Nacional, resultantes da Chamada Pública da Secretaria de Economia Solidária do Ministério do Trabalho "Ação de fomento às finanças solidárias com base em Bancos Comunitários e Fundos Solidários" que tem entre as suas principais ações: mapear e sistematizar informações sobre os fundos solidários; assessorar adequações na gestão de fundos solidários e estimular a sua articulação em rede; realizar atividades de sensibilização e formação para a divulgação dos fundos solidários e organização de novos fundos; realizar encontros e seminários sobre a realidade dos fundos solidários e a construção de propostas para políticas públicas de apoio aos fundos solidários. E Convênio do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) com a UNITRABALHO e com o Fórum Brasileiro Economia Solidária

(FBES) para realizar atividades de debates sobre as finanças solidárias e a articulação dos fundos solidários.

- Chamadas Públicas do Banco do Nordeste do Brasil (BNB) e Governos Estaduais da área de abrangência do BNB para selecionar projetos que vão apoiar projetos produtivos solidários, que por sua vez são estimulados para constituir, a partir destes recursos, fundos rotativos solidários.

- Chamadas Públicas do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome - MDS, por intermédio da Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional para o fomento a fundos rotativos solidários por meio de bazares solidários a partir do produto da alienação dos lotes 1,2 e 3, do estoque da Estratégia Fome Zero.

Um dos objetivos do mapeamento dos fundos solidários e dos debates sobre a realidade destes fundos e da sua importância para o fortalecimento da Economia Solidária é a afirmação da necessidade e da definição e implementação de políticas públicas permanentes em apoio aos Fundos Solidários.

**ANEXO
EXEMPLO DE REGIMENTO INTERNO**

FUNDO ROTATIVO SOLIDÁRIO DAS FAMÍLIAS DA CO-
MUNIDADE DO JARÍ – VIAMÃO
REGIMENTO INTERNO

**CAPÍTULO I
DA DENOMINAÇÃO, CONSTITUIÇÃO, SÓCIAS(OS),
OBJETIVOS, ABRANGÊNCIA DE ATUAÇÃO E PRAZO DE
DURAÇÃO**

Artigo 1º - Com a denominação de Fundo Rotativo Soli-
dário fica constituída uma dinâmica organizativa na comu-
nidade do Jarí, município de Viamão (RS), que reger-se-á
pelo presente Regimento Interno e pelas Leis Civas aplicáveis.

Artigo 2º - O Fundo Rotativo Solidário foi constituído em
uma assembleia com a participação de representantes das
famílias interessadas, convocadas(os) especificamente para
esse fim e que assinaram a ata da assembleia de constituição.

Artigo 3º - As(os) representantes das famílias que partici-
param da assembleia de constituição e assinaram a ata são

denominadas(os) sócias(os) fundadoras(es).

Artigo 4º - O Fundo Rotativo Solidário da comunidade
do Jarí tem como objetivo gerar o fortalecimento da agri-
cultura familiar, através do resgate de práticas coletivas de
administração de recursos financeiros e não financeiros que
contribuam para o desenvolvimento e para a melhoria das
condições de vida das famílias participantes, numa dinâmi-
ca participativa e transparente.

Artigo 5º - O Fundo Rotativo Solidário das famílias do Jarí
terá como área de abrangência a própria comunidade, po-
dendo, de acordo com a livre decisão da maioria das famílias
participantes, atender famílias de comunidades vizinhas.

Artigo 6º - O Fundo Rotativo Solidário das famílias da
comunidade do Jarí terá prazo de duração indeterminado.

**CAPÍTULO II
DO FUNCIONAMENTO**

Artigo 7º - O Fundo Rotativo Solidário das famílias da
comunidade do Jarí é administrado por uma comissão com-
posta por um/a coordenador/a, um/a secretário/a e um/a
tesoureiro/a, eleitos em assembleia geral, em votação aber-



ta (por aclamação) para um mandato de dois anos, podendo ser reeleitos(as) por quantos mandatos os/as integrantes do Fundo Rotativo Solidário queiram.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – As (os) integrantes da comissão podem ser pessoas que já assumam cargos na diretoria da associação (quando existir), de modo a não ampliar a carga de responsabilidade já existente.

PARÁGRAFO SEGUNDO – A gestão dos recursos financeiros e não financeiros que entram no Fundo Rotativo Solidário das famílias da comunidade do Jarí deverá se dar em perfeita harmonia com a diretoria da associação.

Artigo 8º - Para o bom andamento do processo de gestão/administração do Fundo Rotativo Solidário serão realizadas reuniões ordinárias, todos os meses, quando serão feitas as prestações de contas dos recursos financeiros e não financeiros, bem como serão debatidas e definidas as prioridades de aplicação dos recursos, a partir das demandas apresentadas pelas famílias participantes e das orientações aprovadas em assembleia geral.

PARÁGRAFO ÚNICO – Havendo necessidade, serão convocadas reuniões extraordinárias para deliberar sobre assuntos de extrema urgência.

Artigo 9º - As(os) participantes, em assembleia geral, po-

derão aprovar as regras que estabelecem as condições de apoio do Fundo Rotativo Solidário para as(os) sócias(os) e não sócias(os), assim como as condições de devolução (com ou sem acréscimo financeiro).

PARÁGRAFO PRIMEIRO – Em caso de abertura de conta, a mesma será movimentada pela assinatura da(o) coordenadora(o) e da(o) tesoureira(o), ou, havendo impossibilidades destas(es), pela assinatura de outras(os) integrantes do Fundo Rotativo Solidário expressamente autorizadas(os) através de procuração.

PARÁGRAFO SEGUNDO – O registro contábil dos recursos que entram no Fundo Rotativo Solidário pode ser feito de forma separada ou não do caixa da associação, deverá constar uma especificação para que fique claro que não se tratam de recursos pertencentes à associação, mas ao Fundo Rotativo Solidário, de modo a ficar evidente que a decisão quanto ao seu uso depende das famílias que fazem parte do Fundo Rotativo Solidário e não de todos que participam da associação.

Artigo 10º - As reuniões do Fundo Rotativo Solidário serão realizadas nos dias da reunião da associação existente na comunidade de modo a assegurar a voz e voto, especificamente, para as(os) sócias(os) da dinâmica do Fundo Rotativo Solidário.

CAPÍTULO III

DA COMPETÊNCIA DA COMISSÃO GESTORA DO FUNDO ROTATIVO SOLIDÁRIO E SEUS RESPECTIVOS INTEGRANTES

Artigo 11º - Cabe à comissão gestora do Fundo Rotativo Solidário das famílias da comunidade do Jarí receber e fazer a gestão dos recursos financeiros e não financeiros que entram no Fundo Rotativo Solidário, de forma transparente e participativa, assim como planejar propostas e diretrizes orientadoras para o bom uso dos recursos a serem submetidas e aprovadas pela assembleia geral.

PARÁGRAFO ÚNICO – Nos casos em que haja famílias desmotivadas a continuar contribuindo com a experiência do Fundo Rotativo Solidário, cabe à comissão gestora organizar visitas para motivar as mesmas a retomarem a participação na experiência.

Artigo 12º - A coordenadora ou coordenador compete:

I) Convocar e coordenar as reuniões e assembleias do Fundo Rotativo Solidário;

II) Assinar com a(o) tesoureira(o) a movimentação contábil e bancária (quando existir);

III) Conjuntamente com as(os) demais integrantes da comissão gestora, elaborar propostas e diretrizes orientadoras

para o bom uso dos recursos a serem submetidas e aprovadas pela assembleia geral;

IV) Zelar pelo cumprimento do presente Regimento Interno.

Artigo 13º - A secretário ou secretário compete:

V) Secretariar as reuniões e assembleias lavrando as respectivas atas;

VI) Elaborar com as(os) demais integrantes da comissão gestora a pauta das reuniões e assembleias;

VII) Assinar, quando necessário, as correspondências e convites conjuntamente com a(o) coordenadora(o);

VIII) Organizar o arquivo do Fundo Rotativo Solidário, mantendo em boa guarda todos os documentos (atas, cartas, convites e ofício expedidos e recebidos);

IX) Sistematizar o funcionamento do Fundo Rotativo Solidário para dar visibilidade aos resultados alcançados pelo mesmo a cada ano;

X) Conjuntamente com as(os) demais integrantes da comissão gestora, elaborar propostas e diretrizes orientadoras para o bom uso dos recursos a serem submetidas e aprovadas pela assembleia geral.

Artigo 14º - A tesoureira ou tesoureiro compete:

XI) Receber e escriturar os recursos financeiros e não financeiros ingressados no Fundo Rotativo Solidário;



XII) Organizar demonstrativos de prestação de contas mensais e anuais que possam dar transparência ao uso dos recursos do Fundo Rotativo Solidário;

XIII) Assinar com a(o) coordenadora(o) a movimentação contábil e bancária, quando esta última existir;

XIV) Propor iniciativas que possam promover a sustentabilidade da experiência do Fundo Rotativo Solidário;

XV) Conjuntamente com as(os) demais integrantes da comissão gestora, elaborar propostas e diretrizes orientadoras para o bom uso dos recursos a serem submetidas e aprovadas pela assembleia geral;

XVI) Nos casos de comunidades que já tenham associações comunitárias, organizar balancetes de prestação de contas a serem submetidas ao conselho fiscal e à assembleia geral da associação.

CAPÍTULO IV DA NATUREZA JURÍDICA

Artigo 15º - O Fundo Rotativo Solidário do Jarí, pela livre e expressa vontade de seus participantes, poderá ser órgão integrante da estrutura administrativa da associação.

CAPÍTULO V

DA RECEITA QUE CONSTITUI O FUNDO ROTATIVO SOLIDÁRIO

Artigo 16º - A receita do Fundo Rotativo Solidário do Jarí será constituída pela devolução dos benefícios gerados pelos projetos desenvolvidos na comunidade, assim como por contribuições espontâneas e contínuas das famílias, inclusive por aquelas não beneficiadas por projetos.

CAPÍTULO VI

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E FINAIS

Artigo 17º - Os casos omissos neste Regimento Interno serão resolvidos por votação nas reuniões ou assembleias, cujo quórum para validade de deliberação será o da maioria absoluta dos seus integrantes.

Artigo 18º - As votações nas reuniões e assembleias do Fundo Rotativo Solidário serão abertas, por aclamação.

Artigo 19º - A tolerância para o início das reuniões e assembleias do Fundo Rotativo Solidário será de trinta (30) minutos após a hora marcada na convocação.

Artigo 20º - O Fundo Rotativo Solidário deverá comunicar as decisões à diretoria da associação, através de atas, quando o mesmo estiver ligado a uma associação.

Artigo 21º - O presente Regimento Interno só poderá ser modificado, em parte ou no todo, pela Assembleia Geral do Fundo Rotativo Solidário das famílias da comunidade do Jarí, convocada especialmente para este fim.

Artigo 22º - O presente Regimento Interno entrará em vigor na data de sua aprovação pela Assembleia e posterior registro no cartório competente.

Aprovado pela Assembleia Gera do Fundo Rotativo Solidário do Jarí realizada no dia 27 de Junho de 2012.

REFERÊNCIAS

ARRUDA, M. Socioeconomia solidária: desenvolvimento de baixo para cima. Rio de Janeiro: Ed. Pacs, 1998.

BEGHIN, Nathalie. Notas sobre a desigualdade e pobreza no Brasil: situação atual e desafios. In: GREEN, Duncan. Da pobreza ao poder. Como cidadãos ativos e estados efetivos podem mudar o mundo. São Paulo: Editora Cortez, 2009, p.590-603

BERTUCCI, Ademar & SILVA, Roberto M. Vinte anos de economia popular solidária: trajetória da Cáritas Brasileira – dos PAC á EPS. Brasília, Cáritas Brasileira, 2003

Caderno 1. Fundos Solidários: por uma política de emancipação produtiva dos movimentos sociais (Mobilização em prol de uma Política Pública de apoio a fundos solidários). Fundação Grupo Esquel Brasil

Caderno 2. Fundos Solidários: por uma política de emancipação produtiva dos movimentos sociais (Experiências de Fundos Solidários). Fundação Grupo Esquel Brasil

Cartilha do CAMP: Saiba mais sobre Economia Solidária – 2006

Cartilha “O Brasil está nu! O avanço de monocultura da soja, o grão que cresceu demais”/ FASE (Federação de órgãos para Assistência Social e Educacional), 2006

Cartilha Brasil Local: Desenvolvimento e Economia Solidária

Cartilha do Fundo Diocesano de Solidariedade de Ponta Grossa/Paraná



Cartilha do Fundo Rotativo Solidário de Macaíba, Centro de estudos, pesquisas e ação cidadã.

Cartilha “Outra economia em nossas mãos: gestão e viabilidade econômica”, Cáritas Regional Santa Catarina, 2011

Cartilha “Sistematização de experiências da Economia Solidária. Referenciais, etapas e ferramentas para o processo de sistematização”. Brasil Local e Centro de Formação em Economia Solidária/Brasil

FRANÇA FILHO, Genauto Carvalho. Contexto de Crescimento Econômico e Economia Solidária: Qual a relação? In: Cartilha Brasil Local: Desenvolvimento e Economia Solidária, p. 14-6

FRANÇA FILHO, G. C. Terceiro setor, economia social, economia solidária e economia popular: traçando fronteiras conceituais. Bahia Análise e Dados, Salvador: SEI, v. 12, n. 1, jul. 2002.

GAIGER, L. I. Significados e tendência da economia solidária. Sindicalismo e Economia Solidária, São Paulo: CUT, 1999.

GUÉLIN, André (1998). *L'invention de l'économie sociale*. Paris: Econômica.

HECK, Selvino. Fundos Solidários/Rotativos: apoio a projetos produtivos solidários

KRAYCHETE, Gabriel. et all. **Economia dos Setores Populares: Entre a realidade e a utopia**. Petrópolis, RJ: Vozes; Rio de Janeiro: Capina; Salvador: CESE: UCSAL, 2000.

KRAYCHET, Gabriel . A economia dos setores populares. São Paulo . Vozes, 1999.

LAVILLE, Jean-Louis (dir.) (1994). *L'économie solidaire*. Paris: Desclée de Brouwer.

LISBOA, A. de M. A emergência das redes de economia popular no Brasil. In: RI; N. M. D. Economia solidária: o desafio da democratização das relações de trabalho. São Paulo: Arte & Ciência, 1999. p. 55-89.

Material de divulgação da Rede de Fundos Solidários/RS, Cáritas Brasileira Regional do RS

PAULI, Jandir. O poder nas redes de Economia Solidária. Dissertação de Mestrado, PPGS/UFRGS, 2005.

RAZETO, L. Economia de solidariedade e organização popular. In: GADOTTI, M.; GUTIERREZ, F. (Orgs.) **Educação comunitária e economia popular**. São Paulo: Cortez, 1993, p. 34-58 (Questões da Nossa Época, 25).

SANTIAGO, Carlos Eduardo. Fundos Solidários: instrumentos para o Desenvolvimento Territorial Solidário

TIRIBA, Lia Vargas. Economia Popular e Produção de uma Nova Cultura do Trabalho: contradições e desafios frente à crise do trabalho assalariado, in Educação e crise do Trabalho: Perspectivas de final de século, Org. Gaudêncio Frigotto – Petrópolis, RJ : Vozes, 1998.

República Federativa do Brasil

Presidente da República: Dilma Rousseff

Ministério do Trabalho e Emprego / MTE

Ministro: Carlos Daudt Brizola

Secretaria Nacional da Economia Solidária/ SENAES

Secretário Nacional de Economia Solidária SENAES:

Paul Israel Singer

Secretário Adjunto: Roberto Marinho Alves da Silva

Chefe de Gabinete – GABIN: Daniela Gomes Metelo

Diretor do Departamento de Estudos e Divulgação –

DEAD: Valmor Schiochet

Coordenador-Geral de Promoção e Divulgação –

CGDIV: Regilane Fernandes da Silva

Coordenador-Geral de Estudos – CGEST: Anderson Brito Pereira

Diretor do Departamento de Fomento à Economia

Solidária DEFES: Manoel Vital de Carvalho Filho

Coordenador-Geral de Fomento à Economia Solidária

CGFES: Ary Moraes Pereira

Coordenador-Geral de Comércio Justo e Crédito –

CGCOJ: Antônio Haroldo Pinheiro Mendonça

Coordenação Nacional do Projeto Finanças Solidárias:

Cáritas Brasileira – Jaime Conrado

Conselho Gestor da Região Sul: AVESOL - Associação do

Voluntariado e da Solidariedade (Rudimar Dal’Asta), CÁRITAS

Nacional (Jaime Conrado), CÁRITAS Regional RS (Marinês

Besson), CÁRITAS Regional SC (Roque Ademir Favarin), CÁRITAS

Diocesana de Ponta Grossa (Roberto M. Barbosa), FLD - Fundação

Luterana de Diaconia RS (Dezir Garcia), Representante do FÓRUM ESTADUAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA DE SC E DO INSTITUTO ACORDAR (Elisiane Andreolla), Representante do FÓRUM ESTADUAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA DO PR (Edson Leonardo Pilatti), Representante do MOVIMENTO DOS TRABALHADORES SEM TERRA – MST (Manuela Franco de Carvalho da Silva Pereira), José Inácio Konzen (Coordenador), Miéle Pereira Ribeiro (Técnica Especialista) e Talita Jabs Eger (Pesquisadora Econômica).

Expediente da publicação

Produção: Finanças Solidárias Região Sul/CAMP

Elaboração: José Inacio Konzen, Talita Jabs Eger, Miéle Pereira Ribeiro e contribuições do Conselho Gestor do Projeto Fundos Solidários para a Região Sul.

Projeto gráfico e diagramação: Fabio Edy Alves (D3 Comunicação)

Conselho Diretivo do CAMP: Bernadete Maria Konzen, Domingos Antonio Armani, Iria America Charão Rodrigues, Jairo Santos Silva Carneiro, Lauro Wagner Magnago; Mauri José Vieira Cruz.

Coordenação Geral do CAMP: Colegiado da Coordenação do CAMP: João Carlos Werlang; Jorge Luiz de Carlos León; José Inácio Konzen; Mauri José Vieira Cruz.

SENAES - Esplanada dos Ministérios Bl. F Sede 3º Andar - Sala 331 Telefone: (61) 2031-6533/6534 CEP: 70059-900 - Brasília – DF – www.mte.gov.br

CAMP: Praça Parobé, 130, 9º andar – Centro Histórico – Porto Alegre – RS – CEP 900130-070 – Fone: 51- 32126511 – www.camp.org.br

Tiragem: 1.000 exemplares

Agosto de 2012





CARTILHA DOS FUNDOS SOLIDÁRIOS

CONTRIBUIÇÃO SOBRE HISTÓRICO,
CONSTITUIÇÃO E GESTÃO.



Projeto Fundos Solidários - Região Sul

Secretaria Nacional de
Economia Solidária



Ministério do
Trabalho e Emprego

